

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE  
RIBEIRÃO PRETO  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**GLEISON LOPES FONSECA**

**Diagnóstico financeiro do município de Ribeirão Preto e microrregião**

**Ribeirão Preto  
2011**

**GLEISON LOPES FONSECA**

**Diagnóstico financeiro do município de Ribeirão Preto e microrregião**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração de Empresas.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Borges Matias

**Ribeirão Preto  
2011**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Gleison Lopes Fonseca  
Diagnóstico financeiro do município de Ribeirão  
Preto e microrregião.

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Graduação apresentado à Faculdade de  
Economia, Administração e Contabilidade  
de Ribeirão Preto da Universidade de São  
Paulo para a obtenção do título de Bacharel  
em Administração.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

A minha família, por ter me ensinado valores tão ou mais importantes quanto o conhecimento teórico que adquiri nesta faculdade e pelo apoio incondicional que recebi em todos os momentos da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor orientador Dr. Alberto Borges Matias, pelo apoio e paciência na orientação deste trabalho, bem como por ser um dos responsáveis pelo meu interesse na área financeira.

À José Antonio Fonseca, meu pai, e Sônia de Jesus Lopes Fonseca, minha mãe, por todo o esforço que tiveram na minha criação e do meu irmão, em especial pela preocupação que tiveram em oferecer a melhor educação possível aos seus filhos.

Ao meu irmão, por ter me oferecido os melhores conselhos e pelo apoio em todas as decisões difíceis que me deparei.

À república XVIola e agregados, por terem sido meus melhores amigos e propiciado os melhores momentos da minha vida.

Aos meus amigos da XVI turma de Administração Noturno por serem a minha família em Ribeirão Preto.

## RESUMO

O Brasil passou por grandes transformações em seu sistema tributário nos últimos anos devido às reformas ocorridas no regime militar (1965-1968) e através da Constituição de 1988, onde principalmente os municípios adquiriram maior importância e autonomia como entes da federação. A mudança do papel do município deveria se refletir também na melhoria da administração financeira municipal, que passou a ter maior participação no total de tributos que compõem a carga tributária brasileira, porém os resultados encontrados anos depois são administrações públicas municipais altamente distintas em relação à eficiência da aplicação dos recursos disponíveis. Diante dessa necessidade de melhoria da gestão municipal, principalmente de sua gestão financeira, este trabalho procura avaliar o desempenho da gestão financeira do município de Ribeirão Preto e sua microrregião durante o período de 2001 à 2008, utilizando-se de uma pesquisa quantitativa e descritiva, com a utilização das técnicas de análise vertical e horizontal, além da utilização de indicadores financeiros, calculados a partir dos dados extraídos do sistema Finbra (Finanças do Brasil) e do programa VISIONARIUM, de modo a embasar a análise descritiva e o diagnóstico financeiro dos municípios citados, comparando posteriormente estes resultados com seu desempenho no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), permitindo conclusões mais abrangentes e embasadas, considerando o desempenho financeiro e social destes municípios.

**Palavras-chave:** Análise financeira municipal, diagnóstico financeiro, finanças públicas, Ribeirão Preto.

## ABSTRACT

Brazil has undergone great changes in its tax system in recent years due to the reforms that occurred during the military regime (1965-1968) and through the 1988 Constitution, particularly where municipalities have acquired greater importance and autonomy to the states. The changing role of the municipality should also be reflected in the improvement of municipal financial administration, which had a greater share of total taxes that make up the Brazilian tax burden, but years later the results are highly distinct municipal government for efficiency the application of available resources. Given this need for improvement of municipal management, mainly for its financial management, this study evaluates the performance of the financial management of municipalities and micro-region of Ribeirão Preto during the period 2001 to 2008, using a quantitative and descriptive, with using the techniques of vertical and horizontal analysis, besides the use of financial indicators, calculated from data extracted from the system Finbra (Finance Brazil) and the program Visionarium in order to base the descriptive analysis and financial assessment of the municipalities cited then comparing these results with their performance in social Responsibility index Paulista (IPRS), to enable more informed concluded and, considering the social and financial performance of municipalities.

**Key-words:** Municipal financial analysis, financial assessment, public finance, Ribeirão Preto.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Origem das receitas públicas .....	28
Figura 2 - Etapas da execução orçamentária .....	30
Figura 3 - Indicador de Riqueza de Brodowski (2000-2008) .....	77
Figura 4 - Indicador de Longevidade de Brodowski (2000-2008) .....	78
Figura 5 - Indicador de Escolaridade de Brodowski (2000-2008) .....	79
Figura 6 - Indicador de Riqueza de Cravinhos (2000-2008) .....	80
Figura 7 - Indicador de Longevidade de Cravinhos (2000-2008) .....	81
Figura 8 - Indicador de Escolaridade de Cravinhos (2000-2008) .....	81
Figura 9 - Indicador de Riqueza de Dumont (2000-2008) .....	82
Figura 10 - Indicador de Longevidade de Dumont (2000-2008) .....	83
Figura 11 - Indicador de Escolaridade de Dumont (2000-2008) .....	84
Figura 12 - Indicador de Riqueza de Jardinópolis (2000-2008) .....	85
Figura 13 - Indicador de Longevidade de Jardinópolis (2000-2008) .....	85
Figura 14 - Indicador de Escolaridade de Jardinópolis (2000-2008) .....	86
Figura 15 - Indicador de Riqueza de Luís Antônio (2000-2008) .....	87
Figura 16 - Indicador de Longevidade de Luís Antônio (2000-2008) .....	88
Figura 17 - Indicador de Escolaridade de Luís Antônio (2000-2008) .....	88
Figura 18 - Indicador de Riqueza de Pontal (2000-2008) .....	89
Figura 19 - Indicador de Longevidade de Pontal (2000-2008) .....	90
Figura 20 - Indicador de Escolaridade de Pontal (2000-2008) .....	90
Figura 21 - Indicador de Riqueza de Pradópolis (2000-2008) .....	92
Figura 22 - Indicador de Longevidade de Pradópolis (2000-2008) .....	92
Figura 23 - Indicador de Escolaridade de Pradópolis (2000-2008) .....	93
Figura 24 - Indicador de Riqueza de Ribeirão Preto (2000-2008) .....	94
Figura 25 - Indicador de Longevidade de Ribeirão Preto (2000-2008) .....	95
Figura 26 - Indicador de Escolaridade de Ribeirão Preto (2000-2008) .....	95
Figura 27 - Indicador de Riqueza de Santa Rosa de Viterbo (2000-2008) .....	97
Figura 28 - Indicador de Longevidade de Santa Rosa de Viterbo (2000-2008) .....	97
Figura 29 - Indicador de Escolaridade de Santa Rosa de Viterbo (2000-2008) .....	98
Figura 30 - Indicador de Riqueza de São Simão (2000-2008) .....	99
Figura 31 - Indicador de Longevidade de São Simão (2000-2008) .....	100
Figura 32 - Indicador de Escolaridade de São Simão (2000-2008) .....	100

Figura 33 - Indicador de Riqueza de Serrana (2000-2008) .....	101
Figura 34 - Indicador de Longevidade de Serrana (2000-2008) .....	102
Figura 35 - Indicador de Escolaridade de Serrana (2000-2008).....	103
Figura 36 - Indicador de Riqueza de Sertãozinho (2000-2008) .....	104
Figura 37 - Indicador de Longevidade de Sertãozinho (2000-2008).....	105
Figura 38 - Indicador de Escolaridade de Sertãozinho (2000-2008).....	105
Figura 39 – IPRS da Região Administrativa de Ribeirão Preto (2000) .....	109
Figura 40 - IPRS da Região Administrativa de Ribeirão Preto (2008) .....	109

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Processos e documentos da gestão financeira pública .....	22
Quadro 2 - Balanço orçamentário.....	32
Quadro 3 - Comparação do orçamento aprovado com o executado.....	33
Quadro 4 - Balanço financeiro.....	35
Quadro 5 - Demonstração das variações patrimoniais .....	38
Quadro 6 - Balanço Patrimonial .....	40
Quadro 7 - Comparação entre os principais tipos de projeto de pesquisa .....	45
Quadro 8 - Condições relevantes para a escolha da estratégia de pesquisa .....	47
Quadro 9 - Composição dos indicadores sintéticos do IPRS .....	49
Quadro 10 - Indicadores de endividamento.....	51
Quadro 11 - Indicadores de estrutura de capital .....	52
Quadro 12 - Indicadores de ativo .....	52
Quadro 13 - Indicadores de liquidez .....	53
Quadro 14 - Indicadores da estrutura da receita .....	54
Quadro 15 - Indicadores da estrutura da receita .....	55
Quadro 16 - Indicadores de resultado.....	57
Quadro 17 – Formação dos grupos de municípios do IPRS.....	76

**LISTA DE SIGLAS**

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
FIA	Fundação Instituto de Administração
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INEPAD	Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IUT	Imposto Único sobre Transações
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SEPLAG	Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Contextualização.....	15
1.2	Problema de Pesquisa .....	17
1.3	Objetivos.....	17
1.3.1	Objetivo Geral .....	17
1.3.2	Objetivos específicos.....	17
1.4	Justificativa .....	18
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.1	Federalismo e a administração pública.....	19
2.2	A arrecadação municipal.....	20
2.3	A Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar N° 101 .....	21
2.4	A contabilidade pública municipal .....	24
2.4.1	Receita pública municipal .....	26
2.4.2	Despesa pública municipal .....	28
2.5	Estrutura dos sistemas de contas municipais .....	30
2.5.1	Balanço orçamentário .....	31
2.5.2	Sistema financeiro .....	33
2.5.3	Sistema patrimonial .....	36
2.5.4	Sistema compensado .....	38
2.6	Mudanças no Regime Contábil a partir de 2010.....	41
2.7	Estudos relacionados.....	41
2.7.1	Estudo elaborado por Almeida e Leite .....	42
2.7.2	Estudo elaborado por Ortolani.....	42
3	METODOLOGIA.....	44
3.1	Tipo de Pesquisa .....	44
3.2	Delineamento de Pesquisa .....	45
3.3	Coleta de Dados .....	47
3.4	Análise de Dados .....	49
3.4.1	Indicadores de endividamento .....	50
3.4.2	Indicadores de Estrutura de Capital.....	51
3.4.3	Indicadores de Ativos .....	52
3.4.4	Indicadores de liquidez.....	52
3.4.5	Indicadores de estrutura de receitas.....	53
3.4.6	Indicadores de estrutura de despesas .....	54
3.4.7	Indicadores de resultados.....	55
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	58
4.1	Análise dos indicadores financeiros .....	58
4.1.1	Brodowski.....	58
A.	Captação de recursos .....	58
B.	Aplicação dos recursos .....	59

4.1.2	Cravinhos.....	60
A.	Captação de recursos .....	60
B.	Aplicação de recursos .....	61
4.1.3	Dumont .....	61
A.	Captação de recursos .....	61
B.	Aplicação de recursos .....	62
4.1.4	Jardinópolis.....	63
A.	Captação de recursos .....	63
B.	Aplicação de recursos .....	63
4.1.5	Luís Antônio .....	64
A.	Captação de recursos .....	64
B.	Aplicação de recursos .....	65
4.1.6	Pontal.....	66
A.	Captação de recursos .....	66
B.	Aplicação de recursos .....	66
4.1.7	Pradópolis .....	67
A.	Captação de recursos .....	67
B.	Aplicação de recursos .....	68
4.1.8	Ribeirão Preto .....	68
A.	Captação de recursos .....	69
B.	Aplicação de recursos .....	69
4.1.9	Santa Rosa de Viterbo .....	70
A.	Captação de recursos .....	70
B.	Aplicação de recursos .....	71
4.1.10	São Simão .....	72
A.	Captação de Recursos .....	72
B.	Aplicação de recursos .....	72
4.1.11	Serrana .....	73
A.	Captação de recursos .....	73
B.	Aplicação de recursos .....	73
4.1.12	Sertãozinho .....	74
A.	Captação de recursos .....	74
B.	Aplicação de recursos .....	75
4.2	Análise dos indicadores sociais .....	76
4.2.1	Brodowski.....	77
4.2.1.1	Indicadores do IPRS .....	77
4.2.2	Cravinhos.....	79

4.2.2.1	Indicadores do IPRS .....	79
4.2.3	Dumont .....	82
4.2.3.1	Indicadores do IPRS .....	82
4.2.4	Jardinópolis.....	84
4.2.4.1	Indicadores do IPRS .....	84
4.2.5	Luís Antônio .....	86
4.2.5.1	Indicadores do IPRS .....	87
4.2.6	Pontal.....	89
4.2.6.1	Indicadores do IPRS .....	89
4.2.7	Pradópolis .....	91
4.2.7.1	Indicadores do IPRS .....	91
4.2.8	Ribeirão Preto .....	93
4.2.8.1	Indicadores do IPRS .....	94
4.2.9	Santa Rosa de Viterbo .....	96
4.2.9.1	Indicadores do IPRS .....	96
4.2.10	São Simão .....	98
4.2.10.1	Indicadores do IPRS .....	98
4.2.11	Serrana .....	101
4.2.11.1	Indicadores do IPRS .....	101
4.2.12	Sertãozinho .....	103
4.2.12.1	Indicadores do IPRS .....	103
5	CONCLUSÃO.....	106
6	REFERÊNCIAS .....	111

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Contextualização

As mudanças ocorridas no sistema tributário brasileiro nos últimos anos contribuíram para atribuir aos municípios uma maior autonomia e a aproximação do poder público dos cidadãos, ampliando a capacidade de controle da população sobre a gestão pública e a capacidade de aplicação dos recursos públicos em necessidades específicas de cada região do país, o que deveria aumentar a eficiência dos gastos públicos. Porém, existem muitos casos em que os recursos públicos não são alocados da melhor forma possível, ou são utilizados de forma irresponsável, gerando déficits e comprometendo a capacidade financeira do ente da federação.

Visando melhorar a responsabilidade na gestão fiscal, foi criada em 2000 a Lei Complementar nº 101, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabeleceu normas e obrigações para a gestão fiscal, limitando a autonomia de aplicação de recursos dos entes da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), com o objetivo de evitar o descontrole financeiro e condicionando a um menor endividamento. Porém, mesmo com as delimitações imposta pela Lei Complementar nº 101 e demais sistemas de controle existentes na gestão pública, visando melhorar o desempenho da mesma, muitos municípios não conseguem realizar uma gestão financeira adequada, por não terem muitas vezes informações de como poderiam aplicar de forma mais eficiente os recursos que possuem.

A preocupação deste trabalho é fornecer um panorama da situação atual do município de Ribeirão Preto e microrregião, dando embasamento para que se faça uma comparação do modelo de gestão financeira adotado nestes municípios, bem como tratar da evolução de seus indicadores sociais e das perspectivas de evolução desta gestão municipal para os próximos anos, a fim de fornecer um conjunto de indicadores que possibilitem avaliar o desempenho financeiro - e seu reflexo no desenvolvimento social - das prefeituras selecionadas e dêem suporte para uma futura avaliação global da administração municipal, embasada através da comparação dos resultados obtidos na análise financeira com outros indicadores, como o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), utilizado neste estudo para refletir o



desenvolvimento social nos municípios, possibilitando que sejam geradas informações a sociedade que neles residem.

## **1.2 Problema de Pesquisa**

Como vêm sendo realizada a administração financeiras do município de Ribeirão Preto e microrregião e qual a situação das finanças destes municípios?

## **1.3 Objetivos**

Com base no problema de pesquisa proposto, tem-se a formulação dos objetivos geral e específico do trabalho.

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Analisar a situação financeira do município de Ribeirão Preto e microrregião, de forma a elaborar um conjunto de indicadores que demonstrem o desempenho financeiro de cada município e dêem embasamento para a elaboração de um parecer sobre a administração financeira municipal.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

1. Obter e padronizar os demonstrativos financeiros da amostra;
2. Selecionar os municípios com dados suficientes para serem analisados;
3. Gerar os indicadores financeiros e descartar aqueles que não se aplicarem ao estudo por falta de dados;

4. Elaborar um parecer comparativo da administração financeira destes municípios com o desenvolvimento social observados no período de 2001 a 2008, e as perspectivas de alteração para os próximos anos.

#### **1.4 Justificativa**

A justificativa para a elaboração deste trabalho se faz pela falta de análises sobre as finanças públicas municipais, já que não existe um grande número de trabalhos que se propõem a estudar as finanças dos municípios, antes da federação que após a Constituição de 1988 obtiveram maior participação no resultado da arrecadação tributária e com isso, maior poder de compra e participação na atividade econômica do país. Podem-se citar como exemplos de estudos na área os artigos de Ortolani e o de Almeida e Leite, publicados respectivamente em 2004 e 2007, onde estudam a saúde financeira de uma amostra de municípios. Estes dois artigos serão apresentados com mais detalhes posteriormente neste trabalho.

Alguns estudos na área de finanças procuram analisar o desempenho de empresas e as melhores estratégias financeiras para maximizar a sua utilização de recursos. Nesse sentido, a análise da gestão financeira municipal adquire importância maior ainda pelo fato das prefeituras representarem uma das maiores organizações dentro de um município, tanto por seu poder de investimentos como o de consumo de recursos.

Portanto, este trabalho propõe uma forma de análise da gestão financeira municipal, de forma a contribuir para a disseminação do conhecimento em finanças públicas municipais, bem como para servir de apoio em futuras avaliações do desempenho da gestão municipal.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 Federalismo e a administração pública

Para Varsano<sup>1</sup> (1996, apud ARRETCHE 2004, p. 18) o Brasil passou por dois momentos distintos em suas últimas reformas tributárias, divididas entre uma reforma tributária centralizadora, ocorrida no regime militar (1965-1968), e a descentralização fiscal proposta pela Constituição de 1998. Segundo Tomio (2005, p. 1) a partir de 1998, Municípios, Estados e União equipararam-se como entes da federação, onde “O arranjo federativo brasileiro transformou o país na única federação com três níveis políticos constitucionalmente autônomos: a União, os estados (e o Distrito Federal) e os municípios”. Para Ortolani (2002) essa nova relação proposta em 1988 formou um novo cenário político e administrativo no Brasil, transformando o município brasileiro em um dos mais autônomos do mundo pelos poderes que adquire.

Para argumentar:

Atualmente, tanto política quanto administrativamente, o Município brasileiro é um dos mais autônomos do mundo, tendo poderes para eleger seu governo, decretar, arrecadar e aplicar seus tributos e demais receitas, organizar e administrar seus próprios serviços, gerir os temas de seu interesse, além de legislar sobre assuntos de sua competência estabelecidos pela Constituição. (IBAM, 2000, apud Ortolani, 2002, p. 2).

Essa maior autonomia concedida aos municípios brasileiros permitiu a aproximação do poder público dos cidadãos, ampliando a capacidade de controle da população. Porém, mesmo com essa maior autonomia concedida aos municípios, o federalismo brasileiro para Ortolani (2002) continua complexo, sem definir claramente qual é a alçada de atuação de cada uma dessas esferas, deixando superpostas algumas competências.

Segundo disposto no artigo 30 da Constituição Federal, é de competência do Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

---

<sup>1</sup> VARSANO, R. **A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século**: anotações e reflexões para futuras reformas. Brasília: Ipea, 1996. (Texto para Discussão, n. 405).

- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Mesmo com essas definições, o artigo 23 da Constituição Federal traz algumas responsabilidades que são compartilhadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, criando uma situação de superposição de competências, já que não são estipulados claramente qual o limite de responsabilidade de cada esfera nessas competências de responsabilidade compartilhada, sendo elas:

- I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas;
- VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito. (BRASIL, 1988).

## 2.2 A arrecadação municipal

Para Arretche (2004), o sistema de arrecadação brasileiro é caracterizado por ser muito concentrado, conforme visto pelo fato dos principais impostos serem de responsabilidade de arrecadação da União, representando em 2002 70,1% do total arrecadado, além do mais importante deles, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ser de responsabilidade dos Estados. Essa concentração da arrecadação pela União revela que as alterações propostas pela Reforma Tributária (1965-68) e na Constituição Federal (1988) “[...] não se referem a processos de mudança na distribuição da autoridade para tributar, mas estão diretamente associados às alíquotas aplicadas aos impostos de repartição obrigatória, bem como à autonomia de gasto dos governos locais sobre os recursos recebidos.” (ARRETCHE, 2004, p. 2).

Para argumentar:

“[...] em 1968, as transferências constitucionais da União somavam 10% da arrecadação de seus dois principais tributos e a quase totalidade destas transferências estava vinculada a itens predefinidos de gasto (Medeiros, 1986). Na Constituição de 1988, o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios têm como fonte de receita a soma de 44% da receita dos dois maiores impostos federais [...]” (ARRETCHE, 2004, p. 2).

Segundo Mello<sup>2</sup> (2001, apud Ortolani, 2002, p. 3) a Constituição Federal de 1988 foi responsável por aumentar os repasses de outras esferas governamentais aos Municípios, como os repasses da União e Estados, além de atribuir aos Municípios a responsabilidade por quatro impostos, sendo eles “imposto predial e territorial urbano, imposto sobre transmissão intervivos, sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel (imposto extinto em 1996) e sobre serviços de qualquer natureza.”

### **2.3 A Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar N° 101**

A Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar n° 101, conforme consta em seu artigo 1° do capítulo 1 tem por objetivo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Esta lei aplica-se a todos os entes da Federação

---

<sup>2</sup> MELLO, D. L. “Governo e administração municipal: a experiência brasileira”. Revista de Administração Pública - FGV, Vol. 35(2), Rio de Janeiro – RJ, p. 79-96, 2001.

(União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios) e dispõe sobre as responsabilidades e obrigações na gestão fiscal. (BRASIL, 2000).

O parágrafo 1º do artigo 1º dispõe sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, detalhado o que deverá ser entendido como responsabilidade na gestão fiscal.

“A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.” (Lei Complementar Nº 101, 2000).

Segundo Nascimento e Debus (2002) os instrumentos que a Lei de Responsabilidade Fiscal implementa já estão presentes na Constituição Federal como sendo necessários ao gestor público, conforme consta a necessidade de elaboração do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) tendo a Lei de Responsabilidade Fiscal a atuação principal em “[...] reforçar o papel da atividade de planejamento e, mais especificamente, a vinculação entre as atividades de planejamento e de execução do gasto público [...]”. (NASCIMENTO; DEBUS, 2002, p. 11).

Para Matias e Campello (2000) a elaboração desses documentos não garante que um projeto de planejamento esteja sendo elaborado de forma efetiva, apenas garante que está sendo relatado e documentado.

O quadro 1 mostra resumidamente os principais processos e documentos envolvidos na gestão financeira municipal.

PROCESSOS	DOCUMENTO
Avaliação das Potencialidades da Cidade/região	PLANO DIRETOR
Pressupostos Ideológicos	
Hipóteses/cenários social, político, econômico	
Possibilidades de Soluções	PLANO PLURIANUAL
Alternativas de financiamento	
Necessidades sociais	
Canais de informações	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Necessidades sociais	
Possibilidades financeiras	
Processo de negociação	LEI DE ORÇAMENTO
Cenário econômico de curto prazo	
Levantamento das receitas	QUADRO TRIMESTRAL DE DESPESAS
Acompanhamento	
Processos de negociação	

**Quadro 1 - Processos e documentos da gestão financeira pública**  
**Fonte: Adaptado de Matias e Campello, 2000**

Segundo consta no artigo 182, parágrafo primeiro da Constituição Federal, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, política esta que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988). Ainda segundo Braga (1995), o Plano Diretor possui três aspectos essenciais, que estão divididos entre sua característica política, seu aspecto de transparência e o da democratização. No caso da característica política, o autor afirma que, apesar de importante a técnica em sua elaboração, o instrumento pode tornar-se inviável politicamente e não ser utilizado, já o aspecto de transparência aborda sua importância ao tornar público as políticas de desenvolvimento urbano, e por fim, o aspecto da democratização, por tornar obrigatória a participação de entidades que representem a sociedade no processo de elaboração do documento.

Conforme constatado por Braga (1995, p. 2), em 1967 a Lei Orgânica dos Municípios paulistas já considerava como obrigatória a elaboração do Plano Diretor, anteriormente chamado de Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), porém os resultados levantados pelo seu estudo demonstram que o PDDI estava sendo subutilizado, “[...] de um total de 107 municípios pesquisados, 78% dos mesmos não tinham, ou já haviam abandonado o plano diretor, apenas 28% tinham seu plano diretor disponível [...]” (BRAGA, 1995, p. 2). Segundo o autor, apenas 13,3% dos municípios que responderam ter elaborado o PDDI tiveram capacidade técnica e administrativa para elaborá-lo sozinho, sendo que os demais municípios precisaram do auxílio de empresas/consultorias privadas (52,2%), ou de outros órgãos públicos, universidades ou outras alternativas não autônomas.

O estudo elaborado pelo autor apresenta ainda o que considera como os dois principais motivos para o fracasso do PDDI entre os municípios paulistas, sendo eles:

1. A obrigatoriedade da elaboração do plano diretor não conscientizou os agentes públicos municipais da importância do planejamento enquanto um processo mais eficiente de gestão, os quais encararam o plano apenas como uma exigência burocrática e inútil ou como um instrumento útil apenas para facilitar a obtenção de financiamentos públicos.
2. A elaboração da maioria dos planos diretores por órgãos ou empresas estranhas à administração pública local, o que tende a acarretar os seguintes problemas que inviabilizam sua implementação: a) os planos ficam interessantes tecnicamente mais inviáveis politicamente; b) os planos não ficam bons nem tecnicamente nem politicamente pois os elaboradores não conhecem a realidade local e; c) o plano diretor torna-se um corpo estranho à administração local que não participou de sua elaboração e, portanto, não o encara como um instrumento legítimo, não tendo assim interesse na sua implementação. (BRAGA, 1995, p. 3).



Conforme definido na Constituição Federal, artigo 165, parágrafo 1º, o Plano Plurianual (PPA) tem o objetivo de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988).

Segundo a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), o PPA “É um grande plano de Governo que organiza as demandas da sociedade nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, assistência social, segurança pública, justiça, trabalho e renda, agricultura, entre outras.” (SEPLAG, 2008, p. 4).

Será este documento que definirá a orientação estratégia do município, as metas e prioridades para um período de 4 anos, a partir do 2º ano de um governo e terminando no 1º ano do governo seguinte, ou seja, em um município, o prefeito deverá lidar com o PPA do governo anterior durante seu primeiro ano de mandato, posteriormente elaborando o seu próprio (BRASIL, 1988).

Conforme definido na Constituição Federal, artigo 165, parágrafo 2º, a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988).

Já a Lei Orçamentária Anual é definido pela Constituição Federal, artigo 165, parágrafo 5º, como compreendendo os seguintes itens:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1988).

A LOA é elaborada com a função de auxiliar na execução dos objetivos e metas descritos no PPA, seguindo as diretrizes que estão estabelecidas na LDO, ou seja, esses documentos são interdependentes e assumem extrema importância na gestão pública.

## **2.4 A contabilidade pública municipal**

Segundo Piscitelli e Timbó (2010, p. 14), a contabilidade pública brasileira adota o regime misto, onde para se computar as despesas, utiliza-se o regime de competência e para as receitas, o de caixa. Neste modelo, para a determinação do resultado do exercício, são consideradas “as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda”, assim como também serão considerados “os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos”. (PISCITELLI; TIMBÓ, 2010, p. 14).

Segundo Matias e Campello (2000), o ciclo financeiro de um município inicia-se no momento da captação de recursos, já que é neste momento em que cria vínculos e obrigações. Porém este ciclo financeiro diferencia-se daquele apresentado nas organizações privadas, já que estas realizam apenas desembolsos para pagamento de recursos já utilizados, enquanto a administração municipal realiza procedimentos anteriores à captação e utilização dos recursos financeiros, como o processo licitatório. Estas captações de recursos financeiros podem ser divididas em três tipos:

Tributos próprios: são os impostos, taxas, e contribuições em que o Município possui competência para instituir e cobrar.

Transferências: recursos arrecadados e transferidos pelas demais esferas governamentais.

Captações financeiras: recursos que o Município capta junto a instituições financeiras, seja para cobrir possíveis déficits, seja para realizar investimentos. (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 34).

Segundo os autores, a forma de organização da estrutura administrativa dos municípios brasileiros pode ser dividida em duas partes, sendo elas classificadas em Administrativa Direta e indireta.

Administração direta: composta pelos órgãos com subordinação direta ao executivo e que compartilham da mesma entidade jurídica, bem como dos recursos financeiros e orçamentários.

Administração indireta: formada por órgãos que possuem situação jurídica, gestão e recursos financeiros e orçamentários independentes. Podem ser classificados em: - autarquias: órgãos que executam funções específicas e, por meio do fornecimento de bens ou serviços, constituem receitas próprias; Fundações: órgãos que possuem objetivo específico e que dispõem de recursos de um patrimônio específico criado para esse fim; - empresas públicas: empresas, societárias ou não, em que o Município possui participação. (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 22).

### 2.4.1 Receita pública municipal

Conforme citado anteriormente, o regime de caixa público é diferenciado do privado, devido ao fato de as receitas seguirem o regime de caixa e as despesas o regime de competência. Existe também outra diferenciação para a receita, que pode ser classificada conforme seu impacto no balanço, sendo reconhecidas como receita em sentido restrito e em sentido amplo (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 69).

Para Matias e Campello (2000, p. 69), “receita em sentido restrito reconhece apenas as receitas que se constituem em entradas ou ingressos que não possuam contrapartida no passivo. Por outro lado, o conceito de receita em sentido amplo reconhece e abrange todo e qualquer ingresso”. Conforme a interpretação dos artigos da Lei nº 4.230/64, a classificação adotada no Brasil é a de receita no sentido amplo, considerando com receita pública as receitas orçamentárias e extra-orçamentárias.

Dentro deste conceito de receita no sentido amplo, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (2010, p. 33) os ingressos de recursos são divididos em dois grandes grupos, sendo um deles o das receitas orçamentárias, que “são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público” e os ingressos extra-orçamentários, que “são recursos financeiros de caráter temporário e não integram a Lei Orçamentária Anual. O Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa”.

Já segundo Matias e Campello (2000) as receitas podem ser classificadas em receitas próprias e receitas de transferência, ou utilizando-se de outra classificação em que se avalie a natureza com que se obteve o recurso, classificando-as também como receitas correntes e de capital.

A diferenciação das receitas de transferência é importante quando se analisam os demonstrativos financeiros municipais, pois apesar de representar para a esfera federal apenas uma movimentação de receitas entre seus entes, para os municípios representam entradas e saídas de recursos. Segundo a classificação que leva em conta a natureza da procedência das receitas quando as mesmas ingressam no orçamento público, as receitas orçamentárias podem ser divididas em receitas orçamentárias correntes e receitas orçamentárias de capital (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2009).

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (2010, p. 14), tem-se a seguinte definição para receitas orçamentárias correntes:

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

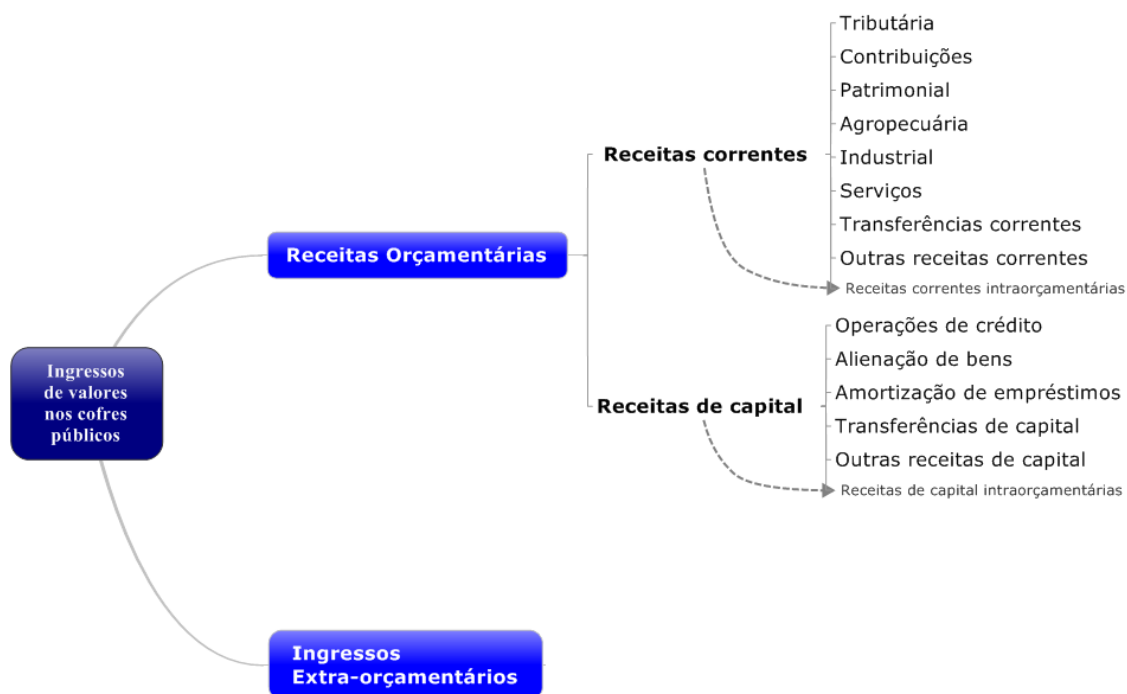
De acordo com o §2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, com redação dada pelo Decreto-Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982, Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2010, p. 14), pode-se definir e receitas orçamentárias de capital conforme abaixo:

Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

De acordo com o §1º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964, classificam-se como Correntes as receitas provenientes de Tributos; de Contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

A figura 1 ilustra a classificação das receitas públicas conforme a categoria econômica e origem.



**Figura 1 - Origem das receitas públicas**  
**Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, 2010**

As receitas intraorçamentárias apresentadas na figura compreendem “[...] as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta” (SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL, 2009), o que não se aplica à estrutura das receitas municipais, visto que representam transferências oriundas da mesma esfera governamental. (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 69)

## 2.4.2 Despesa pública municipal

Segundo Piscitelli e Timbó (2010, p. 182) a “Despesa Pública caracteriza um dispêndio de recursos do patrimônio público, representado essencialmente por uma saída de recursos financeiros, imediata – com redução de disponibilidades – ou mediata – com reconhecimento dessa obrigação.” Para Matias e Campello (2000) as despesas públicas são compostas por todos os valores monetários que devam ser ou que foram desembolsados por

uma organização pública, como contratos a serem pagos no exercício ou despesas estimativas para serviços e consumo.

As despesas públicas possuem diversas formas de classificação, podendo-se adotar critérios diversos para serem utilizados, o que auxilia na padronização e na obtenção de informações para a análise do gasto público. Dentre os possíveis critérios de classificação, do ponto de vista econômico, é importante dar ênfase ao critério baseado na categoria econômica, que classifica as despesas em correntes e de capital.

Segundo o art. 12 da Lei nº 4.320/64 são consideradas despesas correntes as despesas de custeio e as transferências correntes. Já as despesas de capital são compostas por investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

Para Matias e Campello (2000, p. 75) despesas correntes e de capital podem ser definidas como:

Despesas correntes: enquadram-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Os bens de capital podem ser definidos como os que são utilizados para a produção ou geração de novos bens, independentes de integrar ou não o patrimônio da administração pública – essa definição é importante porque os bens classificados como de uso comum (parques, rodovias, praças) não integram o patrimônio da administração.

Despesas de capital: enquadram-se nessa categoria todas as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Para a execução das despesas públicas faz-se necessário obedecer a alguns estágios definidos na Lei nº 4.320/1964, definidos como empenho, liquidação e pagamento.

Empenho da despesa: compreende o ato de deduzir, do saldo da dotação, um valor a ser utilizado na realização de uma despesa. Cada empenho é formalizado por um documento que se denomina nota de empenho. Esse documento descreve a dotação, o valor, os dados sobre quem receberá o crédito, o saldo da dotação, a especificação dos bens ou serviços e o número do processo de licitação, ou do dispositivo legal autorizativo para a dispensa, se for o caso.

Liquidação da despesa: consiste na verificação do direito adquirido ou da habilitação da pessoa ou da entidade beneficiária, com a finalidade de reconhecer a origem e o objetivo, a importância exata, o recebimento do bem ou a prestação do serviço e a quem deve-se pagar.

Pagamento da despesa: consiste na entrega de cheque ou numerário ao credor que tiver realizado e concluído a fase de liquidação da despesa.

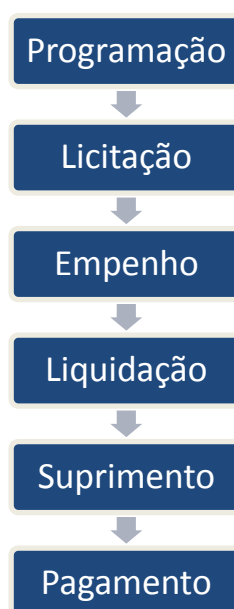
Segundo o professor Angélico<sup>3</sup> (1981, apud PISCITELLI; TIMBÓ, 2010, p. 186) a execução da despesa pública pode ser dividida em dois períodos, o primeiro referente a

---

<sup>3</sup> ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1981.

estimação, chamado por ele de fixação, e o segundo referente a realização, onde ao invés dos três estágios - empenho, liquidação e pagamento – compreenderia a programação, licitação, empenho, liquidação, suprimento e pagamento. As etapas que não estão descritas na legislação e que foram incluídas são as de programação, que “[...] consiste no estabelecimento do cronograma de desembolso, de acordo com as necessidades, que se distribuem ao longo do exercício, e com as possibilidades condicionadas ao comportamento da receita<sup>4</sup>.”, de licitação, etapa “[...] não obrigatória em todos os casos e só pode ser feita em função da própria programação financeira.” e a de suprimento, caracterizada “[...] pela entrega, transferência às unidades responsáveis pelas operações financeiras, dos recursos para pagamento, e realiza-se pela liberação de cotas, repasses, sub-repasses e, inclusive, suprimentos de fundos propriamente ditos<sup>5</sup>.”

As etapas da execução orçamentária são demonstradas na figura 2.



**Figura 2 - Etapas da execução orçamentária**  
**Fonte: Piscitelli e Timbó, 2010**

## 2.5 Estrutura dos sistemas de contas municipais

<sup>4</sup> ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1981

<sup>5</sup> Ibid.

Devido às particularidades dos demonstrativos financeiros dos entes públicos, faz-se necessário uma pequena explicação das principais características destes relatórios e os conceitos presentes em cada um destes, visto que são diferentes daqueles apresentados pelas organizações privadas e possuem um regime contábil próprio. Para Matias e Campello (2000, p. 90) esse sistema é composto por “[...] um conjunto de contas que são movimentadas exclusivamente em contrapartida com as próprias contas pertencentes a este conjunto.” A Secretaria do Tesouro Nacional (2011) define o sistema de contas como sendo composto por um conjunto de contas responsável por registrar as ocorrências de características comuns a determinados atos administrativos, sendo dividido em quatro sistemas, chamados de:

- A. Sistema orçamentário;
- B. Sistema financeiro;
- C. Sistema patrimonial;
- D. Sistema Compensado.

### **2.5.1 Balanço orçamentário**

Segundo Matias e Campello (2000) o sistema orçamentário acompanha a execução do orçamento, registrando de forma analítica os valores relativos às receitas e despesas. Esse sistema é inicializado após o registro dos valores estimados ou previstos para as receitas, além dos valores fixados pela Lei do Orçamento para as despesas. Dessa forma, o Balanço Orçamentário irá conter as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado período, além de demonstrar aquilo que realmente foi realizado e a diferença entre o previsto e efetivamente executado. Os autores também comentam a utilidade deste sistema para o administrador financeiro, conforme segue:

De acordo com a execução orçamentária, são registrados os valores de receitas arrecadadas, os quais, quando comparados aos valores orçados, fornecem os valores de excesso ou de insuficiência de arrecadação, e os valores de despesa realizada, inclusive os referentes aos créditos especiais e suplementares, os quais, quando comparados aos valores orçados, fornecem os valores da economia orçamentária. (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 90)



Conforme publicação da STN, o balanço orçamentário é distinguido por demonstrar as receitas e despesas previstas em comparação com as realizadas, além de outras funções e características, conforme citado abaixo:

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

(a) as receitas por fonte (espécie); e

(b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstrará também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, o crédito pago e o saldo da dotação (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2009, p. 13).

Um exemplo simplificado de como deve ser gerado o balanço orçamentário pode ser visualizado no quadro 2.

Receita				Despesa			
Títulos	Previsão (R\$)	Execução (R\$)	Diferenças (R\$)	Títulos	Fixação (R\$)	Execução (R\$)	Diferenças (R\$)
<b>Receitas correntes</b>							
Receita tributária				Créditos orçamentários e suplementares			
Receita de contribuição				Créditos especiais			
Receita patrimonial				Créditos extraordinários			
Receita agropecuária							
Receita industrial							
Receita de serviços							
Transferências correntes							
Outras receitas correntes							
<b>Receita de capital</b>							
Soma				Soma			
Déficits				Superávits			
Total				Total			

**Quadro 2 - Balanço orçamentário**

**Fonte: Piscitelli e Timbó, 2010**

O balanço orçamentário serve de ferramenta para o administrador financeiro municipal inferir se o município terá dificuldades de arrecadação, provocando, por exemplo, insuficiência financeira, ou mesmo comparar aquilo que foi realizado, inferindo se o município está superavitário, deficitário ou se possui um orçamento equilibrado. Segundo Piscitelli e Timbó (2010) podem-se obter as seguintes informações ao comparar o balanço orçamentário executado com o orçado, conforme apresentado no quadro 3.

	<b>Orçamento aprovado</b>		<b>Orçamento executado</b>		<b>Orçamento aprovado</b>		<b>Orçamento executado</b>	<b>Resultado</b>
Orçamento aprovado	Receita prevista							Equilíbrio (formal)
orçamento executado	Receita prevista	>	Receita arrecadada					Insuficiênci a de arrecadação
	Receita prevista	<	Receita arrecadada					Excesso de arrecadação
				Despesa fixada	>	Despesa realizada		Economia de despesa
				Despesa fixada	<	Despesa realizada		Excesso de despesa (vedado)
			Receita arrecadada	>		Despesa realizada		Superávit
			Receita arrecadada	<		Despesa realizada		Déficit
			Receita arrecadada	=		Despesa realizada		Equilíbrio

**Quadro 3 - Comparação do orçamento aprovado com o executado**  
**Fonte: Piscitelli e Timbó, 2010**

Os autores fazem uma ressalva em relação à mudança por parte da STN em relação à execução orçamentária da despesa, que deixou de ser considerada no estágio do empenho para ser considerada no estágio da liquidação, efetivado ou não seu pagamento.

## 2.5.2 Sistema financeiro

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2011) é no o sistema financeiro que se “registra a arrecadação da receita e o pagamento da despesa orçamentária e extra-

orçamentária. A fonte alimentadora do sistema financeiro é o caixa, que movimenta a entrada e a saída de numerário”.

O balanço financeiro é o demonstrativo contábil criado pelos registros neste sistema, devendo discriminar, conforme complementa o texto descrito no art. 103 da Lei nº 4.320/64, “[...] a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte” (BRASIL, 2000).

Para Matias e Campello (2000) receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias podem ser definidas conforme o seguinte:

Receitas e despesas orçamentárias: os registros evidenciam, de forma sintética, os valores de receitas efetivamente arrecadadas e as despesas orçamentárias do exercício pagas.

Receitas e despesas extra-orçamentárias: os registros evidenciam, de forma analítica, todos os eventos relativos a recebimentos ou pagamentos que representarem variações da conta Realizável ou da conta Passivo Financeiro. Incluem-se, nestas últimas, os valores de despesas pagas de outros exercícios.

Segundo Kohama (2000) o balanço financeiro pode ser comparado à um grande cofre, onde sabe-se quanto há guardado e disponível no início do exercício, porém durante a movimentação do exercício financeiro, os numerários ou depósitos bancários que entrarem serão considerados receita, independente da origem ser orçamentária ou não, e valendo-se de forma para tudo aquilo que for retirado, que será considerada uma despesa. Essas movimentações irão gerar um novo saldo, que passará para o exercício seguinte.

O funcionamento do balanço financeiro pode ser melhor compreendido observando-se o exemplo do quadro 4.

Títulos				Títulos			
Títulos	R\$	R\$	R\$	Títulos	R\$	R\$	R\$
<b>Orçamentária</b>				<b>Orçamentária</b>			
Receitas correntes				Legislativa			
Receita tributária				Judiciária			
Receita de contribuição				Administração e Planejamento			
Receita patrimonial				Agricultura			
...				...			
<b>Receitas de capital</b>				<b>Extraorçamentária</b>			
<b>Extraorçamentárias</b>				Restos a pagar			
Restos a pagar				(Pagamento do exercício)			
(Contrapartida da despesa a pagar)				Serviço da dívida a pagar (pagamento)			
Serviços da dívida a pagar				Depósitos			
(Contrapartida)				Outras operações			
Depósitos				...			
Outras operações				<b>Saldos para o exercício seguinte</b>			
...				Disponível:			
<b>Saldo do exercício anterior</b>				Caixa			
Disponível:				...			
Caixa							
...							
<b>Total</b>				<b>Total</b>			

#### Quadro 4 - Balanço financeiro

Fonte: Piscitelli e Timbó, 2010

Por demonstrar as informações do exercício anterior em conjunto com o exercício atual, para a apuração do resultado financeiro de um exercício deve-se efetuar o cálculo obedecendo a uma das duas maneiras:

1. Saldo em espécie para o Exercício Seguinte menos o Saldo em Espécie do Exercício Anterior.
2. A soma das Receitas Orçamentárias mais as Transferências Financeiras Recebidas e os Recebimentos Extra-Orçamentários, menos a Despesa Orçamentária, as Transferências Financeiras Concedidas e os Pagamentos Extra-orçamentários. (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2009, p. 19).

### 2.5.3 Sistema patrimonial

É nesse sistema que são registrados os “[...] bens patrimoniais do Estado, os créditos e os débitos suscetíveis de serem classificados como permanentes ou que sejam resultados do movimento financeiro, as variações patrimoniais provocadas pela execução do orçamento ou que tenham outras origens, o resultado econômico do exercício (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL).

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/64, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

O autor Kohama (2000, p. 24) complementa dizendo que é na demonstração das variações patrimoniais que:

“[...] são demonstrados os registros do sistema patrimonial, evidenciando a movimentação ocorrida no patrimônio, resultante de alterações nos valores de qualquer dos elementos do patrimônio público, por alienação, aquisição, dívida contraída, dívida líquida, depreciação ou valorização, amortização, superveniência, insubsistência, efeitos da execução orçamentária e resultado do exercício financeiro.”

Para o autor, as modificações patrimoniais apresentadas pelo Balanço das Variações Patrimoniais podem ser divididas em variações ativas e variações passivas. Na mesma linha de pensamento, Piscitelli e Timbó (2010, p. 402-403) complementam explicando que estas variações ativas e passivas podem ser divididas em dois tipos, as resultantes da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária. As variações ativas resultantes da execução orçamentária:

[...] compreendem as receitas orçamentárias arrecadadas durante o exercício (receitas correntes e de capital) e as mutações patrimoniais da despesa, que decorrem da incorporação de elementos ativos ao patrimônio ou da desincorporação de elementos do passivo do ente público (por exemplo, pagamento de empréstimos tomados), estando estas mutações associadas às despesas orçamentárias de capital, caracterizando o que se poderia chamar de fatos permutativos na Contabilidade Empresarial. As independentes da execução orçamentária compreendem as variações ocorridas no exercício, que provocam alterações positivas no patrimônio do órgão ou entidade, resultante de fatos independentes da execução orçamentária; essas variações são exemplificadas pela incorporação de bens (por exemplo: doações recebidas), cancelamento de dívidas passivas, inscrição da Dívida Ativa; vê-se, pois que caracterizariam fatos modificativos, tanto por aumento do ativo como por redução do passivo. (PRISCITELLI; TIMBÓ, 2010, p. 402-403)

Já as variações passivas resultantes da execução orçamentária:

[...] compreendem a despesa orçamentária empenhada, ou realizada no exercício (despesas correntes e de capital), isto é, mesmo a não paga (regime de competência), e as mutações patrimoniais da receita, que decorrem da incorporação de elementos passivos ou da desincorporação de elementos ativos do patrimônio do órgão ou entidade (por exemplo, recebimento de empréstimo concedido), estando estas mutações associadas às receitas orçamentárias de capital e constituindo fatos permutativos, na Contabilidade Empresarial. As variações ocorridas no exercício, resultantes de fatos que independem da execução orçamentária e que provocam alterações negativas no patrimônio do órgão ou entidade, são representadas pelos cancelamentos da Dívida Ativa, restabelecimentos de dívidas passivas, desincorporação de bens (como doações efetuadas, por exemplo); constituem fatos modificativos, tanto por redução do ativo como por aumento do passivo. (PRISCITELLI; TIMBÓ, 2010, p. 403)

Ainda fazem parte da composição do Balanço das Variações Patrimoniais o Resultado Patrimonial, que pode apresentar um valor positivo, chamado de superávit ou resultado econômico positivo, ou apresentar um valor negativo, chamado de déficit ou resultado econômico negativo. (MATIAS; CAMPELLO, 2000, p. 95).

No quadro 5 é demonstrado o exemplo da estrutura da demonstração das variações patrimoniais.

Variações ativas				Variações passivas			
Títulos	R\$	R\$	R\$	Títulos	R\$	R\$	R\$
<b>Resultantes da execução orçamentária</b>							
<b>Receita orçamentária</b>				<b>Despesas orçamentárias</b>			
Receitas correntes				Despesas correntes			
Receita tributária				Despesas de custeio			
Receita patrimonial				Transferências correntes			
Receita industrial				Despesas de capital			
Transferências correntes				Investimentos			
Receitas diversas				Inversões financeiras			
Receitas de capital				Transferências de capital			
<b>Mutações patrimoniais</b>							
Aquisições de bens móveis				Cobrança da dívida ativa			
Construção e aquisição de bens imóveis				Alienação de bens móveis			
Construção e aquisição de bens de natureza industrial				alienação de bens imóveis			
Aquisição de títulos e valores				Alienação de bens de natureza industrial			
Empréstimos concedidos				Alienação de títulos e valores			
				Empréstimos tomados			
				Recebimento de créditos			
<b>Diversos</b>				<b>Diversas</b>			
<b>Independentes da execução orçamentária</b>							
Inscrição da dívida ativa				Cancelamento da dívida ativa			
Inscrição de outros créditos				Encampação de dívidas			
Incorporação de bens (doações, legados, etc.)				Passivas			
Cancelamento de dívidas passivas				Diversas			
Diversas							
Total das variações ativas				Total das variações passivas			
<b>Resultado patrimonial</b>				<b>Resultado patrimonial</b>			
Déficit verificado (se for o caso)				Superávit verificado (se for o caso)			
<b>Total geral</b>				<b>Total geral</b>			

**Quadro 5 - Demonstração das variações patrimoniais**

**Fonte: Adaptado de Kohama, 2000**

#### 2.5.4 Sistema compensado

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, neste sistema estão representadas as alterações das variações patrimoniais, que são as “[...] alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

Através do balanço patrimonial a entidade pública terá informações sobre a situação de seu patrimônio apenas de determinado momento, já que este é um demonstrativo estático. Neste demonstrativo também estão representadas as contas de compensação, que compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2010, p. 33).

Para Machado e Reis<sup>6</sup> (1975, apud KOHAMA, p. 26) “a Demonstração das Variações Patrimoniais não constitui anexo de balanço; ela é integrante do balanço, pois a compreensão deste só se faz perfeita quando acompanhada dela.”

Segundo Matias e Campello (2000, p. 96) “uma das contas de maior interesse que pode ser movimentada nesse sistema é a referente à correção monetária e juros de dívidas ativas e de valores discutidos judicialmente.”

Conforme o Art. 105 da Lei n° 4.320/64, o balanço patrimonial deverá demonstrar:

- I - O Ativo Financeiro;
- II - O Ativo Permanente;
- III - O Passivo Financeiro;
- IV - O Passivo Permanente;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

No quadro 6 é demonstrada uma esquematização do modelo de balanço patrimonial.

---

<sup>6</sup> MACHADO JR., J. Teixeira. A Lei n° 4.320/64 comentada. IBAM, 1975.



Ativo				Passivo			
Títulos	R\$	R\$	R\$	Títulos	R\$	R\$	R\$
<b>Ativo financeiro</b>				<b>Passivo financeiro</b>			
Disponível				Restos a pagar			
Caixa				Serviços da dívida paga			
Bancos e correspondentes				Depósitos			
Exatores				Débitos de tesouraria			
Vinculado em C/C bancária							
Realizável				<b>Passivo permanente</b>			
<b>Ativo permanente</b>				Dívida fundada interna			
Bens Móveis				Em títulos			
Bens Imóveis				Por contratos			
Bens de natureza industrial				Dívida fundada externa			
Créditos				Em títulos			
Valodes				Por contratos			
Diversos				Diversos			
Somado ativo real				Soma do passivo real			
<b>Saldo patrimonial</b>				<b>Saldo Patrimonial</b>			
Passivo real descoberto				Ativo real líquido			
<b>Ativo compensado</b>				<b>Passivo compensado</b>			
Valores em poder de terceiros				Contrapartida de valores em poder de terceiros			
Valores de terceiros				Contrapartida de valores deterceiros			
				Contrapartida de valores nominais emitidos			
Valores nominais emitidos				Diversos			
<b>Total geral</b>				<b>Total geral</b>			

**Quadro 6 - Balanço Patrimonial**  
**Fonte: Adaptado de Kohama, 2000**

Conforme constatado por Matias e Campello (2000, p. 97), “os sistemas não possuem comunicação direta, pela própria definição de sistemas de contas, e os eventos que afetam mais de um sistema são lançados de forma simultânea nos vários sistemas. Apenas as contas de resultados são consolidadas no balanço patrimonial”, o que diferencia de certa forma o sistema compensado, por fornecer um dado consolidado do ativo e passivo financeiro, além de uma expectativa das modificações futuras que irão afetar o balanço patrimonial.

Segundo Piscitelli e Timbó (2010) tanto o saldo patrimonial quanto as contas de compensação estão presentes no ativo e no passivo do balanço patrimonial, onde o saldo patrimonial é representado pela diferença entre o Ativo Real<sup>7</sup> e Passivo Real<sup>8</sup>, que quando positiva é denominada Ativo Real Líquido. Já quando o inverso ocorre, o Passivo Real é

<sup>7</sup> Representa a soma do ativo financeiro com o ativo permanente.

<sup>8</sup> Representa a soma do passivo financeiro com o passivo permanente.

maior que o Ativo Real, denomina-se Passivo Real a Descoberto, representando um saldo patrimonial negativo, ou seja, a instituição não possui patrimônio líquido.

As contas de compensação representam os “[...] valores em poder de terceiros ou recebidos de terceiros, valores nominais emitidos, contabilizados em contas de compensação apenas para efeito de registro e controle, não alterando o patrimônio quando de sua origem, mas que podem modificá-lo no futuro.” (PISCITELLI; TIMBÓ, 2010, p. 401-402)

## **2.6 Mudanças no Regime Contábil a partir de 2010**

Conforme a portaria nº 751, publicada pela STN, foram estipuladas mudanças a serem implementadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, que deveriam ser adotadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de forma facultativa já a partir de 2010 e obrigatoriamente a partir de 2012 para a União, Estados e Distrito Federal, e a partir de 2013 para os Municípios. Estas mudanças visam auxiliar a administração financeira pública, elaborando demonstrações contábeis padronizadas e consolidadas nos três níveis de governo, conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, além de proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

Estas alterações começarão a serem aplicadas a partir de 2010 de forma facultativa e obrigatoriamente em 2012 para União, Estados e Distrito Federal e 2013 para os Municípios, não afetando, portanto, as demonstrações financeiras estudadas neste trabalho, que abrangem outro período.

## **2.7 Estudos relacionados**

Para a escolha da melhor forma de estruturar e analisar os dados a serem levantados por este trabalho, foram selecionados dois artigos que também procuraram analisar a administração pública em municípios paulistas, com objetivos ou problemas de pesquisa semelhantes a este trabalho. Dessa forma, são apresentados os resumos dos artigos elaborados por Almeida e Leite (2007) e Ortolani (2002).

### **2.7.1 Estudo elaborado por Almeida e Leite**

Almeida e Leite (2007) analisaram os dados financeiros de sete municípios localizados na região de Ribeirão Preto, baseando-se nos demonstrativos disponibilizados pelo Tesouro Nacional, no caso os relatórios do Finbra (Finanças do Brasil). Os autores utilizaram de uma amostra não-probabilística, o que permitiu descartar os municípios que apresentavam demonstrativos incompletos para o período de 2002 a 2005, além da melhor aplicação da técnica de análise vertical e horizontal, empregadas no estudo.

Para a análise dos dados Almeida e Leite (2007) utilizaram a estatística descritiva - técnica utilizada para sintetizar os dados de mesma natureza<sup>9</sup> - e de índices-padrão criados a partir dos demonstrativos de todos os municípios que estavam disponíveis no sistema Finbra para o ano de 2005, sendo os resultados divididos em decis e o padrão para as análises considerado como o quinto decil. Para a posterior análise dos índices, os mesmos foram divididos em quatro grupos - receitas, despesas e investimentos, endividamento e solvência - conforme o tipo de informação que forneciam e classificados pelo conceito de “quanto maior, melhor”, para indicadores em que quanto maior o índice apresentado melhor seria a avaliação naquele indicador, e de “quanto menor, melhor”, para indicadores onde um índice menor representa um melhor resultado. Os índices relativos às receitas provenientes da cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da cota-parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não foram classificados nos conceitos de “quanto maior, melhor” ou “quanto menor, melhor” pois enviesariam o objetivo de estudo da pesquisa.

### **2.7.2 Estudo elaborado por Ortolani**

Ortolani (2002) elaborou um estudo exploratório onde buscou identificar se existia relação entre a responsabilidade fiscal e social dos municípios paulistas, classificando para

---

<sup>9</sup> Aprender fazendo estatística, Estatística descritiva, p. 1

isso os municípios em conglomerados conforme seu comportamento fiscal. Para as análises foram utilizados os indicadores elaborados por Matias e Vicente em projeto desenvolvido para a Fundação Instituto de Administração (FIA) em conjunto com a técnica estatística da análise multivariada, utilizando os indicadores fiscais gerados para o ano de 1998 e os indicadores sociais gerados para o ano de 1997. No caso dos indicadores sociais foi utilizado o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), composto por três dimensões, sendo elas riqueza, longevidade e escolaridade.

O autor utilizou a técnica de análise fatorial para reduzir os indicadores, já que algumas fórmulas demonstraram-se incompatíveis com os dados disponíveis ou mostraram dependência em relação à outros indicadores, e sumarizados, sendo divididos em 7 fatores. Já com a análise de conglomerados os municípios foram classificados em grupos homogêneos, conforme o nível de variância entre eles, chegando-se à 8 grupos, além do município de São Paulo, que foi separado em um conglomerado à parte, devido à sua representatividade financeira no estado. Na análise gerada pela correlação canônica foi estudada a relação entre os dois grupos de variáveis, um representando o comportamento dos municípios no que se refere ao desempenho fiscal e outro relativo ao desempenho social.

No trabalho de Ortolani (2002) foram criados dois grupos de variáveis. Um grupo maior, dos quatro primeiros fatores fiscais e que representam o comportamento dos municípios paulistas no tocante ao desempenho fiscal. O outro grupo, das dimensões de riqueza, longevidade e escolaridade extraídas do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e que representam o comportamento dos municípios paulistas no tocante ao desempenho social.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Tipo de Pesquisa

Segundo Richardson (1985) o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação na coleta de informações e no seu tratamento através de técnicas estatísticas, sendo utilizado principalmente quando a intenção do pesquisador é garantir a precisão dos resultados, evitando distorções na análise. Já o método qualitativo se difere por não ter como base do processo de análise do problema um instrumental estatístico, não pretendendo numerar unidades ou categorias homogêneas, visto que muitas vezes possui elevado nível de complexidade, tornando-se praticamente impossível de apresentar os dados com exatidão, o que poderia comprometer os objetivos que se deseja atingir.

O tipo de pesquisa desenvolvido neste trabalho caracteriza-se segundo as definições do autor Gil (1999) como pesquisa social, onde o objetivo de estudo será o de obter novos conhecimentos no campo da realidade social, investigando a administração pública, uma ciência social aplicada, e com maior interesse em aplicar os conhecimentos teóricos em uma realidade circunstancial.

As pesquisas sociais podem ser agrupadas em três grandes grupos, conforme o seu objetivo, sendo classificadas em pesquisas exploratórias, explicativas e descritivas (Gil, 1989, p. 43).

A pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver os conceitos sobre temas que ainda foram pouco estudados, buscando-se estabelecer uma visão geral de determinado fato, de modo a fornecer o embasamento para pesquisas posteriores mais precisas sobre o assunto. Na pesquisa explicativa o objetivo é identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, relatando a sua razão. Já a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, destacando-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo (Gil, 1989). O quadro 7 faz uma comparação entre os modelos básicos de projetos de pesquisa.

Estratégia	Exploratória	Descritiva	Causal
Objetivo	Descoberta de idéias e esclarecimentos	Descrever características ou funções do mercado	Determinar relacionamentos de causa e efeito
Características	Flexível Versátil	Marcada pela formulação anterior de hipóteses específicas	Manipulação de uma ou mais variáveis independentes
	Muitas vezes a primeira parte do modelo total da pesquisa	Modelo pré-planejado e estruturado	Controle de outras variáveis de mediação
Métodos	Levantamentos de peritos	Dados secundários	Experiências
	Levantamentos-piloto	Levantamentos	
	Estudo de caso	Painéis	
	Dados secundários Pesquisa qualitativa	Dados de observação e outros	

**Quadro 7 - Comparação entre os principais tipos de projeto de pesquisa**  
**Fonte: Adaptado de Malhotra, 2005**

A pesquisa deste trabalho é classificada como quantitativa, utilizando-se por base o estudo dos demonstrativos financeiros de uma amostra de municípios, sendo predominantemente descritiva.

### 3.2 Delineamento de Pesquisa

Esta etapa está relacionada a parte de “[...] planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados.” (GIL, 1989, p. 64). Ainda segundo Gil (1989) pode-se classificar os delineamentos de pesquisa em bibliográfica, documental, experimental, ex-post-facto, levantamento, estudo de campo e estudo de caso.

Apesar da classificação proposta por Gil (1989), o delineamento de pesquisa não precisa obedecer a uma ordenação específica para cada tipo de pesquisa, pois segundo Yin (2001) as estratégias de pesquisa não devem ser dispostas hierarquicamente, devendo o pesquisador evitar categorizar as diferentes estratégias sempre em apenas um dos três níveis da pesquisa existentes, ou ainda acreditar que tenha de utilizar uma estratégia específica conforme o tipo de pesquisa a ser estudado, sendo sempre mais indicado, por exemplo, a estratégia de estudo de caso para a fase exploratórias, o levantamento de dados para a fase descritiva e a pesquisa experimental para a fase explicativa - esta última fase chamada por Yin de explanatória - ignorando que deve-se ter uma visão pluralística sobre estas diferentes estratégias, que podem ser mais indicadas para serem utilizadas nos diferentes tipos de pesquisa, após analisadas as três condições abaixo:

1. Tipo de questão de pesquisa proposto;
2. Extensão de controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais efetivos;
3. Grau de enfoque em acontecimentos históricos em oposição a acontecimentos contemporâneos.

A relação entre essas três condições e as cinco principais estratégias propostas por Yin estão resumidas no quadro 8.

Estratégia	Forma da questão da pesquisa	Exige controle sobre eventos comportamentais?	Focaliza acontecimentos contemporâneos?
Experimento	Como, por que?	Sim	Sim
Levantamento	Quem, o que, onde, quantos, quanto?	Não	Sim
Análise de arquivos	Quem, o que, onde, quantos, quanto?	Não	Sim/Não
Pesquisa histórica	Como, por que?	Não	Não
Estudo de Caso	Como, por que?	Não	Sim

**Quadro 8 - Condições relevantes para a escolha da estratégia de pesquisa**  
**Fonte: Adaptado de Yin, 2001**

### 3.3 Coleta de Dados

Os demonstrativos financeiros dos municípios foram extraídos do sistema VISIONARIUM<sup>10</sup>, que utiliza as informações disponibilizadas pelo Finbra<sup>11</sup> (Finanças do Brasil). O período selecionado para análise foi o de 2005 à 2008, coincidindo com os quatro anos de gestão municipal, e visto que não se tinha disponível após o ano de 2008 demonstrativos financeiros, tanto no sistema VISIONARIUM quanto no site da STN.

Os municípios que não apresentaram os demonstrativos financeiros de todos os anos foram analisados e comparados com os demais apenas nos anos em que possuíam os demonstrativos completos, nos casos contrários, foram excluídos das análises.

As informações relativas ao desempenho social da gestão municipal foram obtidas através da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), utilizando-se do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

O IPRS foi escolhido como parâmetro para a análise do desempenho da gestão municipal na área social devido à sua periodicidade e abrangência. No que se refere à

<sup>10</sup> Sistema de análise de risco financeiro desenvolvido pelo INEPAD – Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração.

<sup>11</sup> O Finbra (Finanças do Brasil) é um relatório disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional que contém as receitas e despesas dos municípios.



periodicidade, o indicador é disponibilizado pela Fundação Seade a cada dois anos desde o ano 2000, trazendo informações de 2 anos precedentes ao ano da edição, com exceção da primeira edição (ano 2000), que continham dados dos anos de 1992 e 1997. Já no que se refere à abrangência, o IPRS disponibiliza informações sobre todos os municípios do estado, compilando informações como escolaridade, renda e longevidade da população, conforme descrito no trecho abaixo:

[...] compôs-se o IPRS de quatro conjuntos de indicadores: três setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo, nesse caso, o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo segundo cada uma dessas dimensões –; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, resumindo a situação municipal segundo os três eixos considerados.

Em cada uma das três dimensões do IPRS, foram criados indicadores sintéticos que permitem hierarquizar os municípios paulistas conforme seus níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Esses indicadores são expressos em escala de 0 a 100 e constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas para compor cada dimensão. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda a estrutura de interdependência entre diversas variáveis.

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade – e, agora, inseridos também os dados sobre meio ambiente (FUNDAÇÃO SEADE; 2010).

Apesar de parecida com a metodologia de cálculo do Índice de desenvolvimento Humano (IDH), o IPRS possui algumas diferenças na composição de seus indicadores sintéticos, o que possibilitou que seu acompanhamento fosse realizado com maior frequência do que o IDH. Os componentes de cada indicador sintético seguem descritos no quadro abaixo:

Composição dos Indicadores sintéticos do IPRS		
Dimensões	Componentes	Contribuição para o indicador sintético
Riqueza Municipal	Consumo residencial de energia elétrica;	44%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços;	23%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	19%
	Valor adicionado fiscal per capita	14%
Longevidade	Mortalidade perinatal;	30%
	Mortalidade infantil;	30%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos;	20%
	Mortalidade de adultos de 60 anos e mais;	20%
Escolaridade	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental	36%
	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade	8%
	Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio	36%
	Porcentagem de crianças de 5 e 6 anos que freqüentam a pré-escola	20%

**Fonte:** Fundação Seade.

**Quadro 9 - Composição dos indicadores sintéticos do IPRS**  
**Fonte: Fundação SEADE, 2010**

Segundo Gil (1989) na pesquisa social existe dois tipos de amostragem, a probabilística e a não-probabilística, sendo que esta última não necessita de fundamentação matemática ou estatística, dependendo dos critérios do pesquisador para a sua definição. Ainda segundo o autor, os tipos de amostragem não-probabilística mais conhecidos são por acessibilidade (ou conveniência), por cotas e por tipicidade (ou intencional).

Portanto, trata-se de uma amostragem não-probabilística, sendo selecionada por conveniência.

### 3.4 Análise de Dados

Os dados dos demonstrativos financeiros serão analisados utilizando-se as técnicas de análise vertical e horizontal e a comparação dos indicadores financeiros. Estes foram divididos em grupos, conforme sua utilidade para a análise, como pode ser visualizada nos quadros de indicadores, dispostos nas próximas páginas, onde também consta sua fórmula de cálculo e a interpretação para o estudo.

Em relação à técnica de análise vertical e horizontal, estes modelos de análise servem como ferramenta de suporte para se avaliar o desempenho da administração financeira, reunindo informações amplas do que ocorreu em um determinado prazo de tempo dentro de uma organização, no caso deste estudo a organização é um ente público, o município. Com a confrontação das técnicas de análise vertical e horizontal, um analista pode verificar a evolução da gestão financeira, bem como o seu desempenho e políticas adotadas em relação à alocação de recursos, demonstrando assim as áreas que obtiveram maior evolução ao longo do tempo. (MATIAS, A. B.; 2007, p. 322).

Já os indicadores financeiros utilizados foram propostos pelos professores Alberto Borges Matias e Ernesto Fernando Rodrigues Vicente em projeto conjunto com a FIA - Fundação Instituto de Administração, entidade conveniada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP - Universidade de São Paulo. Cada indicador demonstra a relação entre uma ou mais contas dos demonstrativos financeiros, gerando um índice que será interpretado conforme proposto por Matias (2007), adotando-se o parâmetro geral de quanto maior, melhor; ou quanto menor, melhor; conforme demonstrado nos quadros do 7 ao 13.

A formulação dos quadros dos indicadores foi baseada na compilação de diferentes fontes, dentre elas Almeida e Leite (2007), Vicente (2003) e as definições e seleção dos indicadores elaboradas pela FIA - Fundação Instituto de Administração, citadas anteriormente.

### **3.4.1 Indicadores de endividamento**

Esses indicadores demonstram os diversos componentes que possuem impacto no endividamento, destacando-se os principais:

**Participação dos encargos da dívida fundada nas receitas correntes (PEDFRC):** indica a parcela das receitas correntes comprometidas com a amortização da dívida fundada.

**Participação do passivo financeiro a descoberto nas receitas orçamentárias (PPFDRC):** verifica o número de períodos em que o endividamento total seria quitado frente às disponibilidades orçamentárias.

**Participação do passivo financeiro a descoberto na margem de poupança (PPFDMP):** fornece o número de períodos que seriam necessários para que o valor do passivo financeiro a descoberto fosse pago pela margem de poupança.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO		
Índice	Fórmula	Interpretação
Participação dos encargos da dívida fundada nas receitas correntes	$(\text{Amortização da Dívida Fundada} / \text{Receitas Correntes}) * 100$	Quanto menor, melhor
Participação do passivo financeiro a descoberto nas receitas orçamentárias	$((\text{Passivo Financeiro} - \text{Ativo Financeiro}) / \text{Receitas Correntes}) * 100$	Quanto menor, melhor
Participação do passivo financeiro a descoberto na margem de poupança	$((\text{Passivo Financeiro} - \text{Ativo Financeiro}) / (\text{Receita Corrente Líquida} - \text{Despesa Corrente Líquida})) * 100$	Quanto menor, melhor

#### Quadro 10 - Indicadores de endividamento

Fonte: Adaptado da FIA – Fundação Instituto de Administração

### 3.4.2 Indicadores de Estrutura de Capital

Nesta parte são calculados os componentes patrimoniais da estrutura de capital, ou seja, as fontes patrimoniais de recursos.

**Acúmulo histórico de capital próprio:** indica a parcela do passivo total que é proveniente de recursos próprios.

**Utilização de capital de terceiros:** indica a parcela do passivo total que é proveniente de capital de terceiros.

INDICADORES DE ESTRUTURA DE CAPITAL		
Índice	Fórmula	Interpretação
Acúmulo histórico de capital próprio	$((\text{Ativo Total} - \text{Passivo Total}) / \text{Ativo Total}) * 100$	Quanto maior, melhor
Utilização de capital de terceiros	$((\text{Passivo Financeiro} + \text{Passivo Permanente}) / \text{Ativo Total}) * 100$	Quanto menor, melhor

**Quadro 11 - Indicadores de estrutura de capital**  
**Fonte: Adaptado da FIA – Fundação Instituto de Administração**

### 3.4.3 Indicadores de Ativos

Os indicadores de ativo demonstram as relações entre os ativos patrimoniais, que determinam as disponibilidades para o exercício das funções governamentais, e outros componentes patrimoniais.

**Comprometimento de ativos (CA):** fornece a parcela dos ativos que estão comprometidos com o endividamento.

**Ativos imobilizados:** fornece a parcela dos ativos que estão imobilizados.

**Ativos disponíveis (AD):** fornece a parcela dos ativos que estão disponíveis.

INDICADORES DE ATIVO		
Índice	Fórmula	Interpretação
Comprometimento de ativos	$((\text{Passivo Financeiro} - \text{Ativo Financeiro}) / \text{Ativo Total}) * 100$	Quanto menor, melhor
Ativos imobilizados	$(\text{Ativo Permanente} / \text{Ativo Total}) * 100$	Quanto menor, melhor
Ativos disponíveis	$((\text{Ativo Total} - \text{Ativo Permanente}) / \text{Ativo Total}) * 100$	Quanto maior, melhor

**Quadro 12 - Indicadores de ativo**  
**Fonte: Adaptado da FIA – Fundação Instituto de Administração**

### 3.4.4 Indicadores de liquidez

Esses indicadores tem a função de identificar a capacidade da administração financeira de saldar os compromissos assumidos em diversos horizontes de tempo.

**Comprometimento patrimonial (CP):** fornece a relação entre os ativo financeiro e o passivo financeiro.

**Necessidade de recursos (NR):** fornece a relação entre o passivo a descoberto e as receitas orçamentárias correntes.

**Liquidez orçamentária (LO):** representa a relação entre os valores de desembolso realizado ou potencial sobre o passivo financeiro.

INDICADORES DE LIQUIDEZ		
Índice	Fórmula	Interpretação
Comprometimento patrimonial	$(\text{Ativo Financeiro} / \text{Passivo Financeiro}) * 100$	Quanto maior, melhor
Necessidade de recursos	$((\text{Passivo Financeiro} - \text{Ativo Financeiro}) / \text{Receita Corrente Líquida}) * 100$	Quanto menor, melhor
Liquidez orçamentária	$((\text{Despesa Liquidada} + \text{Passivo Financeiro}) / \text{Ativo Financeiro}) * 100$	Quanto menor, melhor

#### Quadro 13 - Indicadores de liquidez

Fonte: Adaptado da FIA – Fundação Instituto de Administração

### 3.4.5 Indicadores de estrutura de receitas

Esses indicadores auxiliam a verificar o perfil das receitas e comparar a participação de alguns componentes em relação às receitas totais.

**Participação da receita tributária (PRTRIB):** indica a relação entre as receitas próprias municipais e o total das receitas.

**Participação das receitas de transferência (PRTRANSF):** indica a relação entre as receitas de transferência e o total das receitas.

**Participação de receitas de capital (PRCAPRC):** indica a relação entre as receitas de capital e o total das receitas.

**Participação do FPM (PFPM):** indica a relação entre as receitas de transferência federal e o total das receitas.

**Participação do ICMS (PICMS):** indica a relação entre as receitas de transferência estadual e o total das receitas

**Participação das Receitas Próprias e ICMS (PR):** indica a relação entre as receitas que possuem dependência com a gestão municipal e a receita total do município.

**Receitas per capita:** indica a relação entre as receitas que possuem dependência com a gestão municipal e a população do município.

**Captação extra-orçamentária:** fornece a relação entre as receitas extra-orçamentárias e as receitas totais.

INDICADORES DA ESTRUTURA DE RECEITAS		
Índice	Fórmula	Interpretação
Participação da receita tributária	$(\text{Receitas Tributárias} / \text{Receita Total}) * 100$	Quanto maior, melhor
Participação das receitas de transferências	$(\text{Receitas de Transferências} / \text{Receita Total}) * 100$	Quanto maior, melhor
Participação de receitas de capital	$(\text{Receitas de Capital} / \text{Receita Total}) * 100$	Quanto maior, melhor
Participação do FPM	$(\text{Receitas FPM} / \text{Receita Total}) * 100$	Quanto maior, melhor
Participação do ICMS	$(\text{Receitas ICMS} / \text{Receita Total}) * 100$	Quanto maior, melhor
Participação na Renda	$((\text{Receitas Próprias} + \text{ICMS}) / \text{Renda Municipal}) * 100$	Quanto maior, melhor
Receitas per capita	$((\text{Receitas Próprias} + \text{ICMS}) / \text{População}) * 100$	Quanto maior, melhor
Captação extraorçamentária	$(\text{Receitas Extraorçamentárias} / \text{Receita Total}) * 100$	Quanto maior, melhor

#### Quadro 14 - Indicadores da estrutura da receita

Fonte: Adaptado da FIA – Fundação Instituto de Administração

### 3.4.6 Indicadores de estrutura de despesas

Este tópico busca demonstrar a situação da estrutura das despesas governamentais em função de vários aspectos diferentes que as compõem.

**Participação de despesas de custeio (PDCUST):** fornece a relação entre as despesas de custeio e as receitas correntes (comprometimento das receitas com as despesas de custeio).

**Financiamento das dívidas de custeio (FDC):** fornece a relação entre as receitas tributárias e as despesas de custeio.

**Despesa com pessoal (DP):** fornece a relação entre as despesas com pessoal ativo e inativo e as receitas correntes.

**Despesa com pessoal total:** fornece a relação entre as despesas totais com pessoal ativo e inativo e as receitas correntes.

**Dispêndio com a dívida fundada (DDF):** fornece a relação entre as despesas com a dívida fundada e a receita corrente.

**Investimento (I):** fornece a relação entre as despesas de capital líquida e as receitas totais.

INDICADORES DA EESTRUTURA DA DESPESA		
Índice	Fórmula	Interpretação
Participação de despesas de custeio	$(\text{Despesas de Custeio} / \text{Receita Orçamentária Líquida}) * 100$	Quanto menor, melhor
Financiamento das dívidas de custeio	$(\text{Receitas Tributárias} / \text{Despesas de Custeio}) * 100$	Quanto maior, melhor
Despesa com pessoal	$(\text{Despesas com Pessoal} / \text{Receita Corrente Líquida}) * 100$	Quanto menor, melhor
Despesa com pessoal total	$(\text{Despesas Totais com Pessoal} / \text{Receita Corrente Líquida}) * 100$	Quanto menor, melhor
Dispêndio com a dívida fundada	$(\text{Juros da Dívida Fundada} / \text{Receita Corrente Líquida}) * 100$	Quanto menor, melhor
Investimento	$(\text{Despesa de Capital Líquida} / \text{Receita Orçamentária Líquida}) * 100$	Quanto menor, melhor

**Quadro 15 - Indicadores da estrutura da receita**  
**Fonte: Adaptado da FIA – Fundação Instituto de Administração**

### 3.4.7 Indicadores de resultados

Este tópico demonstra os resultados gerados pela administração pública com relação aos vários fatores que possuem impacto em sua estrutura financeira e patrimonial. Com estes indicadores, buscar-se-á traçar o perfil da gestão por meio dos resultados obtidos nos vários sistemas.

**Utilização de ativos líquida (UAL):** fornece a relação entre o resultado orçamentário e os ativos.

**Utilização de ativos total:** fornece a relação entre o resultado total e os ativos.

**Utilização nominal das receitas correntes (UNRC):** fornece a relação entre as receitas correntes não comprometidas e as receitas correntes.

**Utilização efetiva das receitas correntes:** fornece a relação entre as receitas correntes não desembolsadas e as receitas correntes.



**Utilização nominal das receitas de capital:** fornece a relação entre as receitas de capital não comprometidas e as receitas de capital.

**Utilização efetiva das receitas de capital:** fornece a relação entre as receitas de capital não desembolsadas e as receitas de capital.

**Financiamento de capital (FC):** fornece a relação entre o déficit de capital e as receitas correntes.

**Participação das receitas de capital (PRCAPRS):** fornece a relação entre o déficit de capital e as receitas de capital.

**Resultado nominal extra-orçamentário:** fornece a relação entre o saldo extra-orçamentário e as receitas extra-orçamentárias.

**Resultado efetivo extra-orçamentário:** fornece a relação entre o saldo efetivo extra-orçamentário e as receitas extra-orçamentárias.

**Capacidade de geração própria de poupança (CGPP):** fornece a relação entre as receitas correntes próprias não comprometidas e as receitas correntes próprias.

**Capacidade de geração total de poupança (CGTP):** fornece a relação entre as receitas correntes totais comprometidas e as receitas correntes totais.

**Cobertura corrente própria (CCP):** fornece a relação entre as receitas correntes próprias e as despesas correntes.

**Cobertura corrente total (CCT):** fornece a relação entre as receitas correntes totais e as despesas correntes.

INDICADORES DE RESULTADO		
Índice	Fórmula	Interpretação
Utilização de ativos líquida	$((\text{Receita Orçamentária Líquida} - \text{Despesa Orçamentária Líquida}) / \text{Ativo Total}) * 100$	Quanto maior, melhor
Utilização de ativos total	$((\text{Receita Orçamentária Total} - \text{Despesa Orçamentária Total}) / \text{Ativo Total}) * 100$	Quanto maior, melhor
Utilização nominal das receitas correntes	$((\text{Receita Corrente Líquida} - \text{Despesa Corrente Líquida}) / \text{Receita Corrente Líquida}) * 100$	Quanto maior, melhor
Utilização efetiva das receitas correntes	$((\text{Receita Corrente Líquida} - \text{Despesas Corrente Líquida Pagas}) / \text{Receita Corrente Líquida}) * 100$	Quanto maior, melhor
Utilização nominal das receitas de capital	$((\text{Receita Capital} - \text{Despesas Capital}) / \text{Receita Capital}) * 100$	Quanto maior, melhor
Utilização efetiva das receitas de capital	$((\text{Receita Capital} - \text{Despesas de Capital Pagas}) / \text{Receita de Capital}) * 100$	Quanto maior, melhor
Financiamento de capital	$((\text{Despesas de Capital} - \text{Receita Capital}) / \text{Receita Corrente}) * 100$	Quanto menor, melhor
Participação das receitas de capital	$((\text{Despesas Capital} - \text{Receita Capital}) / \text{Receita Capital}) * 100$	Quanto menor, melhor
Resultado nominal extraorçamentário	$((\text{Receita Extraorçamentária} - \text{Despesas Extraorçamentárias}) / \text{Receita Extraorçamentária}) * 100$	Quanto maior, melhor
Resultado efetivo extraorçamentário	$((\text{Receita Extraorçamentária} - \text{Despesas Extraorçamentária Paga}) / \text{Receita Extraorçamentária}) * 100$	Quanto maior, melhor
Capacidade de geração própria de poupança	$((\text{Receitas Tributárias} + \text{ICMS} - \text{Despesas Correntes}) / (\text{Receitas Tributárias} + \text{ICMS})) * 100$	Quanto menor, melhor
Capacidade de geração total de poupança	$((\text{Receitas Correntes} - \text{Despesas Correntes}) / \text{Receitas Correntes}) * 100$	Quanto menor, melhor
Cobertura corrente própria	$(\text{Receitas Tributárias} / \text{Despesas Correntes}) * 100$	Quanto maior, melhor
Cobertura corrente total	$((\text{Receitas Tributárias} + \text{ICMS}) / \text{Despesas Correntes}) * 100$	Quanto maior, melhor

### Quadro 16 - Indicadores de resultado

Fonte: Adaptado da FIA – Fundação Instituto de Administração

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Análise dos indicadores financeiros

Os indicadores financeiros são critérios criados a partir da combinação de contas dos demonstrativos financeiros, com o objetivo de gerar índices que reflitam a situação das organizações, de forma padronizada, para que se possam extrair conclusões mais profundas sobre o andamento da mesma, demonstrando variáveis que irão interferir fortemente em seu desempenho/gestão.

Nesta análise foi utilizada uma adaptação do modelo E2S, desenvolvido pelo INEPAD para a análise financeira de empresas de capital aberto, modelo este que inclui as três principais categorias compositoras do desempenho de uma organização, sendo Estratégia, dividida em captação de recursos e aplicação de recursos; Eficiência, dividida em receitas e despesas; Solvências, englobando a liquidez. Neste trabalho as análises dos indicadores financeiros foram agrupadas em captação de recursos e aplicação de recursos, para facilitar o entendimento.

Para a melhor análise dos índices financeiros foram calculados *decis*, com a intenção de categorizar as notas obtidas pelos municípios em relação ao conjunto de 25 municípios formadores da Região Administrativa de Ribeirão Preto. Optou-se pela Região Administrativa de Ribeirão Preto para a escolha dos municípios para a criação do padrão da região pela possibilidade de comparação com os dados do Índice Paulista de Responsabilidade Social, também contendo como uma de suas subdivisões dos indicadores as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.

#### 4.1.1 Brodowski

##### A. Captação de recursos

Os anos de 2001 a 2003 não foram analisados para o município de Brodowski devido à falta de dados.

No que se refere a captação de recursos, Brodowski apresentou como principal fonte de receitas os repasses da União, que representaram em média 36% de suas receitas no período de 2005 a 2008. Dentre os repasses da União destaca-se a cota-parte do FPM, que apresentou crescimento mais acelerado em relação ao total de receita captada, passando a representar 29% em 2008, ante 25,2% em 2004. O total de transferências correntes arrecadados pelo município seguiram a mesma tendência de crescimento.

As transferências da União para o Sistema Único de Saúde do município apresentaram queda em todos os anos na participação do total de receitas, passando de 3,7% em 2005 para 2,9%.

Em relação ao nível de alavancagem, durante todo o período de análise o município esteve situado acima dos demais que compõem a Região Administrativa de Ribeirão Preto, porém distinguiram dois períodos, sendo o primeiro de 2004 a 2005, quando o nível de alavancagem ficou estável, próximo a 90%, e posteriormente de 2005 a 2008, foi elevado ao patamar de 140% devido ao registro de obrigações exigíveis à longo prazo.

Em relação à participação das receitas tributárias, o município situou-se acima do padrão em quase todos os anos, com exceção apenas do ano de 2006, quando ficou em um nível pouco abaixo.

## **B. Aplicação dos recursos**

As despesas correntes representaram a maior participação dentre as despesas do município de Brodowski, com patamares próximos a 85% do total de despesas em todos os anos analisados, ressaltando-se que não foram disponibilizados dados para os anos de 2001 a 2003. A despesa corrente de transferências a pessoas foi a mais representativa, com uma participação média de 39% do total de despesas, seguida pela despesa de custeio de pessoal ativo, com participação média de 35%.

As despesas de transferências correntes apresentaram no período de 2005 a 2008 tendência de crescimento, passando de 39% do total de despesas em 2005 para 42% em 2008,

enquanto que as despesas de custeio apresentaram tendência de redução, passando de 47% para 38% no mesmo período.

Quando avaliado pelo indicador de despesas de custeio, verifica-se que Brodowski começa a melhorar em relação ao padrão a partir de 2006, terminando 2008 entre os municípios com menor participação deste tipo de despesa, o que ajudou a melhorar a nota de Brodowski no padrão regional, situando-se acima da média.

As despesas com saúde e saneamento por habitante e as despesas com educação e cultura apresentaram redução em relação ao padrão, sendo que as duas apresentam comportamentos semelhantes, tendo suas participações em relação às receitas reduzidas de 2004 a 2006, e posteriormente, de 2006 a 2008 com tendência de elevação.

As despesas com previdência e assistência por habitante de Brodowski estão entre as menores de todos os municípios da região, com uma tendência de elevação iniciada em 2006, porém sem alterar a posição do município em relação ao padrão regional.

#### **4.1.2 Cravinhos**

##### **A. Captação de recursos**

O município de Cravinhos possui uma boa participação das receitas tributárias em relação ao padrão, ficando acima da média da região em todos os anos da análise, apesar da queda de participação apresentado por este tipo de receita em 2008, quando representou apenas 11,9% das fontes de captação, ante uma média de 13,5% nos demais anos.

Já as receitas de transferências correntes apresentam comportamentos distintos nos períodos de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008, representando em média 66% do total de captações no primeiro período, e uma média de 70% no segundo.

Dentre as receitas de transferência as provenientes do Estado possuem maior peso, sendo a cota-parte do ICMS a mais importante, responsável em 2008 por 25,8% do total arrecadado pelo município.

O nível de alavancagem do município não é muito elevado, situando-se abaixo do padrão da região administrativa de RP nos anos analisados.

## **B. Aplicação de recursos**

As principais despesas do município de Cravinhos foram as despesas correntes, que variaram de 92% do total de despesas em 2001 a 85% nos anos de 2007 e 2008, sem que isso represente exatamente uma tendência, devido a variações semelhantes em outros anos. Na média do período esta conta representou 87% do total de despesas, refletindo o nível de despesas com pessoal, em torno de 50% em média, de 2001 a 2008.

As despesas de pessoal por habitante do município tiveram significativa redução em 2005, ano de seu melhor desempenho em relação ao padrão regional no quesito, apresentando posteriormente elevação destas despesas e sendo avaliado abaixo da média.

As despesas com saúde e saneamento por habitante e as despesas com educação e cultura por habitante apresentaram níveis abaixo do nível médio do padrão em todos os anos, principalmente no que se refere às despesas com saúde e saneamento, uma das menores da região.

As despesas com previdência e assistência por habitante foram irregulares, estando entre as menores da região nos anos de 2002, 2003 e 2007, e entre as mais elevadas em outros anos, variando mais de 300% de 2007 para 2008.

### **4.1.3 Dumont**

## **A. Captação de recursos**

Os anos de 2004 e 2006 não foram analisados para este município devido à falta de dados.

A maior parte das captações de recursos do município são provenientes das transferências feitas pela União, representando em média 42,3% do total de receitas, tendo a cota-parte do FPM grande participação no total de receitas recebidas, com um valor médio de 35,8%, superando os repasses do Estado no mesmo período, que apresentaram participação média de 33,5%.

A participação da receita tributária situa-se abaixo do padrão, variando consideravelmente durante os anos, chegando ao máximo de 8,3% de participação em 2003 e retornando ao mínimo de 6,2% em 2008, mesmo valor apresentado no início da série em 2001.

Destaca-se a participação das receitas de capital, que apresentaram valor negativo em quase todos os anos, com exceção de 2001 e 2008, este último que causou uma inversão da participação da conta, passando de -7,4% em 2007 para 4% em 2008, devido principalmente ao repasse de transferências de capital do Estados e outras transferências não especificadas, situando o município bem acima do padrão da região.

## **B. Aplicação de recursos**

As despesas correntes foram as principais despesas do município de Dumont, com uma média de 84% de participação em relação ao total das despesas, apresentando uma queda para 77% em 2008, devido ao crescimento das despesas de capital.

Dentre as despesas correntes a despesa de pessoal ativo é a mais relevante, com uma participação em torno de 33%.

Já as despesas correntes apresentaram tendência de crescimento de 2001 até 2005, alcançando 40% de participação no total de despesas neste último ano, reduzindo-se posteriormente representando apenas 33% em 2008.

As despesas com saúde e saneamento por habitante demonstraram-se abaixo da média em todos os anos, piorando a posição do município em relação aos demais nos dois últimos anos.

Em relação ao nível de despesas com educação e cultura mostraram-se próximos ou pouco acima da média em todos os anos.

Já as despesas com Assistência e previdência por habitante demonstraram-se acima da média em quase todos os anos, com exceção de 2001 e 2007.

#### **4.1.4 Jardinópolis**

##### **A. Captação de recursos**

Os anos de 2002, 2006 e 2007 não foram analisados para este município devido à falta de dados.

No que se refere à captação de recursos, Jardinópolis possui como principal fonte de captação as transferências correntes, sendo que tanto os repasses intergovernamentais provenientes da União e do Estado possuem pesos significativos. Se forem considerados os quatro primeiros anos da série, os repasses do Estado eram superiores, tendo alcançado uma participação de 54,6% em 2001, resultante principalmente de um repasse do FUNDEF no ano, um incremento que representou 17,7% da receita. Já no segundo período, de 2005 a 2008, os repasses da União são mais representativos, com uma média de participação de 29,7% contra 29,2% dos repasses do Estado, resultante da elevação em 4 pontos percentuais de 2007 para 2008 de participação da cota-parte do FPM nas receitas captadas.

O município também apresenta uma boa avaliação quanto a participação da receita tributária, ficando acima do padrão, obtendo nota 8 em todos os anos em que foi comparado.

O seu nível de alavancagem aumentou, reduzindo a avaliação no indicador e posicionando-o abaixo dos demais da região em 2008.

##### **B. Aplicação de recursos**



As despesas correntes representaram aproximadamente 90% das despesas do município de Jardinópolis nos anos analisados, com uma maior participação das despesas de custeio (média de 49%) em relação às transferências correntes (média de 41% no período).

Em relação à participação das despesas de custeio e as de transferência correntes, percebe-se uma alteração na participação das duas no total de despesas, sendo que a primeira vêm apresentando tendência de redução desde 2004 e a segunda crescimento a partir do mesmo ano.

As despesas de pessoal do município apresentaram-se acima da média do padrão da região, com exceção de 2008, quando teve valor relativamente inferior à média do padrão regional.

As despesas com saúde e saneamento por habitante e com educação e cultura por habitante apresentaram níveis superiores a média do padrão regional em todos os anos de análise, sendo que as despesas com educação e cultura por habitante evoluiu em ritmo inferior aos demais municípios da região nos últimos anos.

As despesas com previdência e assistência por habitante mantiveram-se próximas ao padrão regional, situando-se abaixo da média do mesmo.

#### **4.1.5 Luís Antônio**

##### **A. Captação de recursos**

Os anos de 2002 e 2004 não foram analisados para este município devido à falta de dados.

As transferências correntes são a principal fonte de recursos do município, com forte participação das transferências estaduais, resultante da cota-parte do ICMS, que representou em média 70% do total das fontes de recursos. Ao longo dos anos percebe-se uma tendência de redução da participação da cota-parte do ICMS na composição das receitas, que passou de 70,4% em 2001 para 64,1% em 2008, cedendo lugar a uma maior participação da cota-parte do FPM, repasse proveniente da União.

A receita tributária tem uma participação próxima do padrão dos demais municípios, ficando em aproximadamente 8% em todo o período de análise.

Em relação à alavancagem, Luís Antônio possui um baixo nível, estando bem classificado em todos os anos, com notas iguais ou acima de 8, melhorando nos últimos 4 anos.

Destaca-se a participação elevada da conta “Outras Receitas de Capital”, deduzindo 15% das receitas em 2008, o que pode ter sido provocado pela realização de uma dívida ativa proveniente da amortização de empréstimo e/ou financiamento.

## **B. Aplicação de recursos**

As despesas correntes foram as principais despesas do município de Luís Antônio, com uma média de 94% do total de receitas e com pequena variação durante os anos de análise, variando entre 92% em 2001 até 97% em 2007. Dentre as contas que compõem as despesas correntes, tanto as transferências correntes como as despesas de custeio apresentaram em determinados anos maior representatividade, sendo que na média do período, as despesas de custeio representaram 52% do total de despesas, contra 42% das transferências correntes, porém em 2008 esta última significou 51% do total de despesas, contra 42% das despesas de custeio, uma inversão significativa na estrutura financeira da prefeitura.

As despesas de pessoal de Luís Antônio estão entre as mais elevadas dentre os municípios, alcançando a pior nota no indicador de despesa de pessoal por habitante, com exceção de 2008, quando melhorou seu desempenho no mesmo. Vale ressaltar que a partir de 2007 o município apresentou redução das despesas de pessoal por habitante, em sentido oposto ao padrão da região.

As despesas com saúde e saneamento por habitante e as despesas com educação e cultura por habitante foram as mais elevadas dentre os municípios, alcançando a nota máxima em praticamente todos os anos, com exceção de 2008, quando a nota do indicador de despesas com educação e cultura por habitante caiu um ponto na escala de 1 a 10 utilizada, passando de 10 para 9. Pode-se destacar dois períodos dentre estes gastos, sendo o primeiro compreendido de 2001 a 2006, quando as despesas com saúde e saneamento por habitante e as despesas com

educação e cultura apresentam crescimento, e no período subsequente, de 2007 a 2008, quando sofrem uma acentuada redução no primeiro ano (2007) e, posteriormente, a primeira volta a crescer e a segunda manteve-se estável.

As despesas com previdência e assistência por habitante mantiveram-se dentre a menor entre os municípios, decrescendo em quase todos os anos analisados, com exceção de 2008, quando cresceram 5,24%.

#### **4.1.6 Pontal**

##### **A. Captação de recursos**

O ano de 2006 não foi analisado para este município devido à falta de dados.

O município de Pontal tem como principal fonte de captação de recursos as transferências intergovernamentais do Estado, sendo a cota-parte do ICMS o maior repasse, apresentando uma participação média maior no período de 2005 a 2008, em torno de 41%, contra a média de 37,9% de 2001 a 2004.

O município possui uma baixa participação da receita tributária dentre suas fontes de captação. Mesmo com a melhora da participação deste tipo de receita apresentada nos dois últimos anos da análise, o município continua abaixo do padrão da região em quase todos os anos, com exceção de 2001, quando ficou pouco acima, obtendo uma nota 6 na escala.

O nível de alavancagem do município é elevado e piorou consideravelmente de 2006 para 2007, classificando o município como um dos piores no indicador.

##### **B. Aplicação de recursos**

As despesas correntes foram as principais despesas do município de Pontal, apresentando patamares próximos a 90% do total de despesas na média dos anos analisados,

decaindo em participação a partir 2004, chegando a representar 81% em 2008. Dentre estas despesas, a mais representativa foram as despesas de custeio, principalmente as despesas com pessoal ativo, estas que representaram, em média, 38% do total de despesas. O indicador de despesa de pessoal por habitante demonstra que o nível desta despesa não é muito elevado em relação ao padrão dos municípios, ficando abaixo da média em todos os anos e com ritmo de crescimento menor em 2007.

As despesas com saúde e saneamento por habitante praticamente dobraram nos anos de 2008 e 2007 quando comparadas com 2005, porém ainda ficaram abaixo da média do padrão regional.

Já os dispêndios com educação e cultura chegaram até a atingir o nível médio-padrão em alguns anos, porém cresceram em ritmo menor que a média dos demais municípios nos quatro últimos anos.

As despesas com previdência e assistência por habitante mantiveram-se abaixo da média do padrão regional em todos os anos, crescendo 28% em 2008, o que apesar de elevado, foi menor que o ritmo de crescimento do padrão regional.

#### **4.1.7 Pradópolis**

##### **A. Captação de recursos**

A principal fonte de captação de recursos do município de Pradópolis foram as transferências provenientes do Estado, sendo a cota-parte do ICMS o maior repasse, apresentando uma participação média maior no período de 2005 a 2008, em torno de 41%, contra a média de 37,9% de 2001 a 2004. Quando avaliado através do padrão da região, Pradópolis possui um dos maiores níveis de participação do ICMS na receita, apesar de no período de 2001 a 2003 esta relação ter diminuído, aumentando posteriormente de 2005 a 2008, chegando a representar neste último ano 55,9% das receitas.

Já os repasses da União demonstraram maior estabilidade, ficando em torno de 28% em todo o período.

As receitas tributárias apresentam uma pequena participação, variando de 4,2% de participação em 2001 para 7,4% em 2005, e retornando a patamares próximos a 5% nos anos seguintes.

O nível de alavancagem do município é baixo, classificado entre os menores da região em todos os anos.

## **B. Aplicação de recursos**

O município de Pradópolis apresentou como principal destinação dos recursos as chamadas despesas correntes, com participação média em relação ao total de despesas próximo a 85% durante o período analisado, atingindo em 2002 seu menor nível de participação, com 78%, e no ano de 2005 o maior nível com 92%. No ano de 2002 fica perceptível que a participação desta despesa foi reduzida pela maior participação das despesas de capital, que alcançaram o nível de 22%, devido aos dispêndios com investimentos, que representaram o total da conta de despesas de capital.

As despesas com saúde e saneamento por habitante e com habitação e urbanismo por habitante mantiveram-se elevadas em todo, entre as maiores quando comparadas com os municípios da região.

Já as despesas com educação e cultura por habitante sofreram o pior desempenho, decaindo significativamente de 2003 para, passando do município com um dos níveis mais elevados da região com gastos no quesito para um dos menores.

As despesas com assistência e previdência, apesar de sua irregularidade, manteve-se abaixo da média de gastos do padrão regional em todos os anos.

### **4.1.8 Ribeirão Preto**

## **A. Captação de recursos**

No que se refere à captação de recursos, o município de Ribeirão Preto possui como sua principal fonte as transferências intergovernamentais, representando em média 50% do total da receita arrecadada, seguida pela arrecadação tributária, responsável por mais de 20% do total de receita arrecadada. Dentre as transferências intergovernamentais, as principais são aquelas provenientes de repasses estaduais, como a cota-parte do ICMS, que representou no período de 2001 a 2004, em média, 21% da arrecadação, subindo para 25% de 2005 a 2008, enquanto a arrecadação tributária passou de 21% para 23%, respectivamente.

A cota-parte do IPVA recebida pelo município também cresceu significativamente no total de receita arrecadada, passando de 6% para 8% do total no período de 2005.

A nota do município no indicador Participação do FPM é a menor possível em todos os anos, o que não significa um desempenho insatisfatório ou ruim, já que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) segmenta a divisão dos recursos principalmente aos municípios do interior dos estados e de pequeno porte, com menos habitantes.

Um dos destaques negativos de Ribeirão Preto está no indicador de Alavancagem, um dos maiores dentre os municípios.

## **B. Aplicação de recursos**

As despesas correntes foram as principais despesas do município de Ribeirão Preto, apresentando patamares próximos a 90% do total de despesas em todos os anos, ficando abaixo disso apenas em 2008. Dentre estas despesas, a mais representativa foi a que representa as transferências correntes, compostas praticamente pelas transferências a pessoas.

Vale ressaltar que para o ano de 2001, parte das despesas contabilizadas como transferências a pessoas eram consideradas como serviços de terceiros/encargos, o que interfere nos valores da análise para devido ano. Porém, mesmo desconsiderando o ano de 2001, as despesas de pessoal apresentaram queda significativa, sendo que no período de 2002 a 2004 representaram, em média, 47,5% das despesas, chegando a representar em 2004 50,7% do total, enquanto que a partir de 2005 passam a representar 35,4% das despesas, com uma

média de 37,6% do período de 2005 a 2008. Quando verificado pelo indicador, as despesas de pessoal do município demonstram-se acima do padrão de 2001 a 2004, situada entre as mais altas, com uma significativa melhora em 2005 e 2006, porém retornando ao padrão elevado nos demais anos.

As despesas com saúde e saneamento por habitante e as despesas com segurança por habitante apresentaram-se acima do padrão regional, com destaque para a primeira, no período de 2001 a 2004 esteve entre as mais elevadas de todos os municípios, continuando acima do padrão nos demais anos.

As despesas com educação e cultura por habitante apresentaram níveis próximos ao padrão nos dois primeiros anos de análise (2001 a 2002), porém nos anos posteriores reduziram-se aos menores níveis dentre os municípios da região.

As despesas com previdência e assistência por habitante mantiveram-se próximas ao padrão nacional.

#### **4.1.9 Santa Rosa de Viterbo**

##### **A. Captação de recursos**

A maior parte dos recursos do município provém das transferências correntes, em especial as transferências intergovernamentais do Estado, majoritárias em todos os anos, devido principalmente à cota-parte do ICMS, que chegou a representar 43,5% em 2002, caindo para 36,7% em 2003, porém mantendo uma média de 41% de participação em todo o período. As transferências provenientes da União também são relevantes, representando em média 34,3% das receitas.

Em relação à participação das receitas tributárias, Santa Rosa de Viterbo possui uma boa avaliação neste indicador, um reflexo por sua captação de receitas via tributos ser acima do padrão dos demais municípios da região, o que o classifica de 2001 a 2004 entre os municípios de maior participação, com uma deteriorização do indicador nos anos

subseqüentes, devido à queda da participação das receitas tributárias, porém continuando acima do padrão.

## **B. Aplicação de recursos**

As despesas correntes representaram aproximadamente 92% das despesas do município de Santa Rosa de Viterbo nos anos analisados, com uma maior participação das despesas de custeio (média de 53%) em relação às transferências correntes (média de 39% no período). Porém, quando desconsiderado o ano de 2001, onde a contabilização das despesas eram feitas de forma diferente, as médias mudam para 49% e 42%, respectivamente.

Tanto as despesas de custeio como as transferências não variam significativamente a suas participações em relação às despesas totais durante os anos de análise, sendo que as duas apresentam queda em 2008 devido ao aumento expressivo das despesas de capital, que aumentam sua participação de 5% para 12% de 2007 para 2008, devido principalmente à elevação dos investimentos.

As despesas de pessoal por habitante mantiveram-se entre os menores níveis da região, crescendo acima da média do padrão de 2006 a 2007, apresentando o mesmo comportamento da maioria das despesas do município (despesas com educação e cultura por habitante; com terceiros por habitante; assistência e previdência por habitante; dentre outras).

As despesas com saúde e saneamento por habitante e com educação e cultura por habitante apresentaram níveis abaixo da média do padrão regional em todos os anos de análise, sendo que ambas demonstraram melhor desempenho em relação ao padrão regional em 2007 e 2008.

As despesas com previdência e assistência por habitante tiveram comportamento irregular durante o período de análise, elevando-se rapidamente e acima do ritmo apresentado pelos demais municípios da região de 2001 a 2004, e posteriormente, em menor ritmo de 2006 a 2008, voltando a ficar próximo a média do padrão da região.



#### **4.1.10 São Simão**

##### **A. Captação de Recursos**

As transferências correntes são a principal fonte de recursos de São Simão, chegando a representarem em 2008 o equivalente a 80% das fontes de receitas. Dentre estas fontes os dois tributos mais representativos são as transferências intergovernamentais provenientes do Estado, aproximadamente 28% do total da receita, e da União, em 33% em média no período de análise. O FPM também ganhou maior importância relativa nas receitas de São Simão, passando de 26% em 2001 para 30% em 2008.

O nível de alavancagem melhorou no segundo período de análise (2005-2008), estando abaixo do padrão da região, com uma nota média 6,25, ante uma média de 4,5 para o período anterior (2001-2004).

##### **B. Aplicação de recursos**

O município de São Simão apresentou como principal destinação dos recursos as chamadas despesas correntes, com participação em relação ao total de receitas próximo ao patamar de 90% durante o período analisado, atingindo em 2006 sua menor participação em relação ao total de despesas, com 83,8%, e já no ano seguinte, em 2007, atingindo o maior nível da série, com 93,8%. A maior porção destas despesas foi destinada às transferências correntes, notadamente às transferências a pessoas.

As despesas com saúde e saneamento por habitante mantiveram-se em um patamar elevado, acima do padrão para a região, apesar de não terem avançado no mesmo ritmo dos demais municípios no período de 2005 a 2008.

As despesas com educação e cultura por habitante mantiveram-se abaixo do padrão regional e evoluíram em ritmo inferior aos demais municípios no período de 2005 a 2008.

Já as despesas com assistência e previdência permaneceram acima do padrão em quase todos os anos, com exceção de 2006 e 2008, situadas pouco abaixo.

#### **4.1.11 Serrana**

##### **A. Captação de recursos**

A principal fonte de captação de recursos do município de Serrana para todo o período da análise foram as transferências da União, que chegaram a corresponder por 93% do total de receitas, com uma taxa média de 88% de participação nas formas de captação de recursos no período de 2001 a 2004, e apresentando tendência de redução, com uma média de participação no total de receitas de 82% no segundo período, atingindo em 2008 uma participação de apenas 78%, a menor em toda a análise. Vale ressaltar que em 2001 o município recebeu um grande repasse do já extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o que contribuí para a elevação da participação das transferências da União captação de recursos.

O nível de alavancagem cresceu muito de 2002 para 2003, ficando acima dos demais municípios da região em todos os anos seguintes da análise a partir deste ano, devido principalmente ao surgimento de uma pendência de obrigações legais e tributárias.

##### **B. Aplicação de recursos**

As despesas correntes possuem a maior participação dentre o total de despesas do município de Serrana, resultado principalmente das despesas de custeio, no caso as despesas com pessoal ativo, principal destino dos recursos, sendo responsáveis por 42,3% das despesas em média durante todo o período analisado, sem grandes variações de um ano para o outro.

As transferências correntes também não apresentaram grandes variações, mantendo-se no patamar de 40%.

As despesas com saúde e saneamento por habitante variaram significativamente durante os anos, apresentando no período de 2001 a 2004 valores proporcionalmente mais elevados e próximos ao padrão regional, superando o padrão nos anos de 2002 e 2003, porém ficando abaixo/próximo do mesmo nos demais anos, devido ao maior crescimento das despesas dos demais municípios no quesito ou a redução do volume de recursos aplicados por Serrana neste quesito em alguns anos (2004 e 2005).

As despesas com educação e cultura mantiveram-se acima do padrão durante os anos analisados, com exceção de 2008, quando o município situou-se praticamente em cima do padrão, devido principalmente à elevação mais acelerada dos gastos dos demais municípios no quesito.

As despesas com assistência e previdência por habitante situaram-se abaixo do padrão da região, estando entre as menores, proporcionalmente, na maioria dos anos.

#### **4.1.12 Sertãozinho**

##### **A. Captação de recursos**

No que se refere à captação de recursos, Sertãozinho possui como principal fonte as transferências provenientes do Estado, resultantes em sua maioria de repasses da cota-parte do ICMS, em média 29,3% da receita do município, sem apresentar variações significativas durante os anos da análise.

As transferências provenientes da União representaram em média 19%, com uma queda em 2003, chegando à participação de apenas 12,6%, e atingindo o pico de 20,5% em 2005.

Destaca-se no município a participação da receita tributária, com uma média de 18,2% de participação e pequena variação durante todos os anos de análise, representando em 2008 17,9% do total de receitas, acima do padrão da região.

O perfil de alavancagem do município pode ser caracterizado por dois períodos, onde no primeiro, de 2001 a 2004 Sertãozinho permaneceu próximo ou abaixo do padrão da região, e o segundo período, quando o nível de alavancagem do município foi reduzido.

## **B. Aplicação de recursos**

As despesas correntes foram as principais despesas do município de Sertãozinho, apresentando patamares próximos a 90% do total de despesas em todos os anos, com exceção do ano de 2008, quando sua participação caiu para 80%, devido principalmente a elevação das despesas de capital, que passaram de 11% em 2007 para 20% do total de despesas em 2008, nível mais elevado entre os anos analisados. Dentre as despesas correntes, a despesa mais representativa foi a despesa de custeio, situação que ocorre principalmente por causa das despesas com pessoal ativo, que representam quase a totalidade da conta, com uma média de 46% de participação em relação ao total de despesas.

Através da análise do indicador de despesas de pessoal por habitante, percebe-se que em todos os anos o município de Sertãozinho esteve acima do nível de gasto médio dos demais municípios da região com a referida despesa. Mesmo após a redução de 48% com despesas de pessoal por habitante, Sertãozinho manteve-se entre os maiores níveis de dispêndios com esta despesa.

As despesas com saúde e saneamento por habitante mantiveram-se próximas a média do padrão regional em todos os anos.

Já as e as despesas com segurança por habitante e as com assistência e previdência por habitante melhoraram significativamente, sendo que a primeira passou a apresentar valores depois de 2003, sendo o mais elevado dentre os municípios da região, e a segunda despesa foi significativamente reduzida, em aproximadamente 85% de 2001 para 2008.

As despesas com educação e cultura por habitante mantiveram-se acima da média padrão da região durante todos os anos.

## 4.2 Análise dos indicadores sociais

Conforme citado na metodologia, o IPRS é composto por três indicadores sintéticos (riqueza municipal, escolaridade e longevidade), cada um destes calculados através da participação de outros indicadores (analíticos), cada qual com seu devido peso. Todos os três indicadores serão analisados pelo conceito de Maior, Melhor, já que na escala de 0 a 100 onde são mensurados, quanto mais próximo de 100, melhor é o desempenho do município no quesito.

No quadro abaixo são destacados os critérios de avaliação para a classificação dos municípios em cada um dos cinco grupos que procuram representar o nível de desenvolvimento social dos mesmos.

<b>Formação dos Grupos de Municípios do IPRS</b>	
<b>Grupos</b>	<b>Categorias</b>
<b>Grupo 1</b>	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
<b>Grupo 2</b>	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
<b>Grupo 3</b>	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade
<b>Grupo 4</b>	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
<b>Grupo 5</b>	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

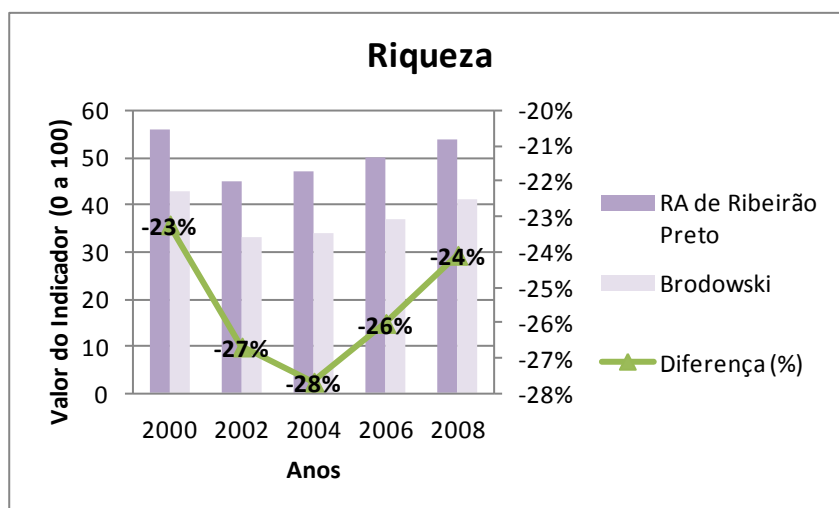
**Quadro 17 – Formação dos grupos de municípios do IPRS**  
**Fonte: Fundação SEADE**

#### 4.2.1 Brodowski

Dentre os cinco grupos nos quais os municípios foram enquadrados conforme seu nível de desenvolvimento social, o município de Brodowski foi classificado no Grupo 3 nos três primeiros anos de análise (2000, 2002 e 2004), caindo para o Grupo 4 nos anos seguintes, devido principalmente a queda no indicador de riqueza.

##### 4.2.1.1 Indicadores do IPRS

O desempenho do indicador de riqueza esteve abaixo do padrão da Região Administrativa de Ribeirão Preto em todos os anos analisados, com uma diferença significativa que aumentou de 2000 a 2004, chegando a ficar 28% abaixo neste ano. Pela análise dos componentes do indicador, percebe-se que o rendimento médio do emprego e o valor adicionado percapita sofreram redução no período, justificando o pior desempenho.

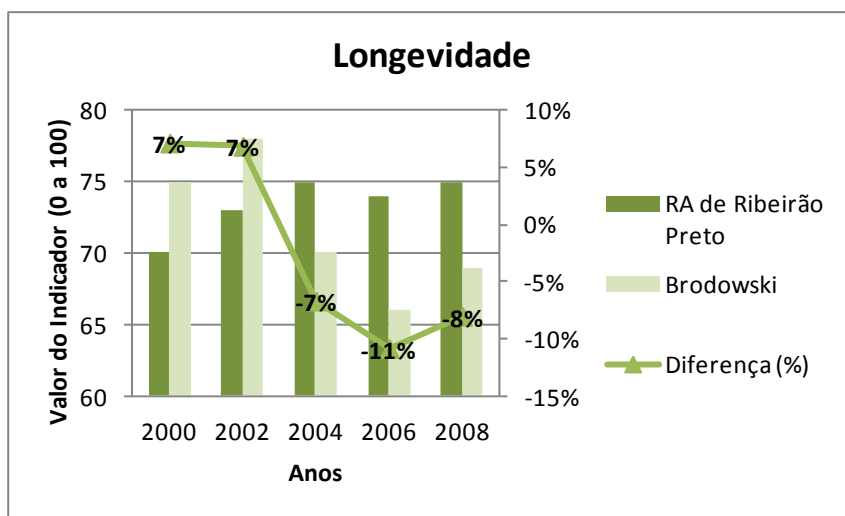


**Figura 3 - Indicador de Riqueza de Brodowski (2000-2008)**

**Fonte: Fundação SEADE**

Já nos anos seguintes, a diferença do município para a região segue uma tendência de redução, demonstrando que o índice de riqueza de Brodowski evoluiu de forma mais acelerada.

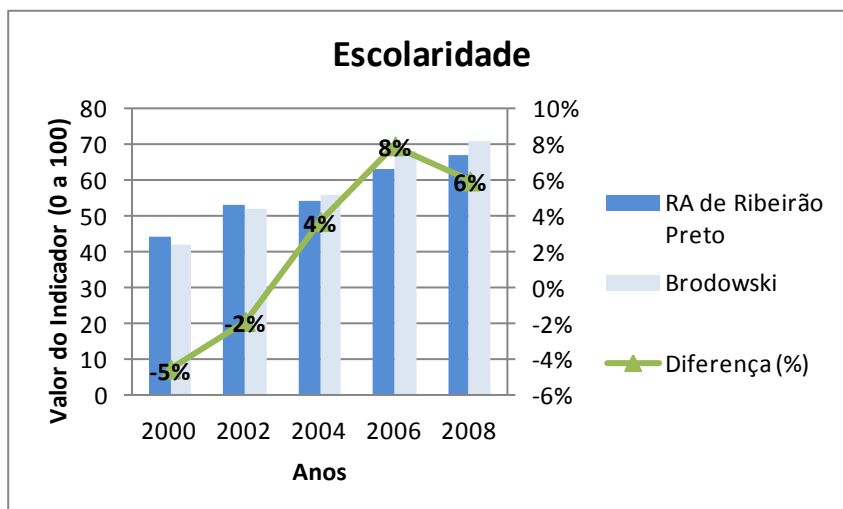
O indicador de longevidade esteve acima do apresentado pela região nos dois primeiros anos analisados, com uma significativa queda de 2002 para 2006, passando de um patamar de 7% acima do padrão da região para um nível de 11% inferior.



**Figura 4 - Indicador de Longevidade de Brodowski (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

A piora do desempenho de Brodowski neste indicador ocorreu por causa do aumento das taxas de mortalidade, principalmente a taxa de mortalidade infantil e perinatal.

O indicador de Escolaridade teve o melhor desempenho dentre os indicadores, apresentando uma tendência crescente em todos os anos e superando a partir de 2004 o padrão da região, chegando a ficar 8% acima em 2006.



**Figura 5 - Indicador de Escolaridade de Brodowski (2000-2008)**

**Fonte: Fundação SEADE**

Com exceção da taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos, que teve redução de 0,5 ponto percentual, todos os demais indicadores variaram positivamente de 2002 para 2004, o que justifica a significativa melhora do desempenho do município no período. Nos demais anos a tendência de crescimento dos componentes do indicador se mantêm.

#### 4.2.2 Cravinhos

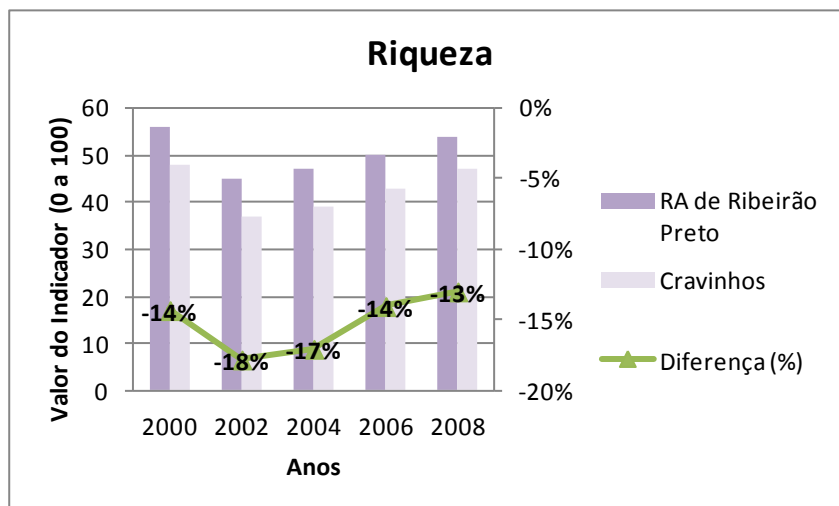
Cravinhos foi classificado no Grupo 4 dentre os cinco grupos possíveis de classificação do nível de desenvolvimento social, mesmo com a queda de desempenho nos indicadores em alguns anos.

##### 4.2.2.1 Indicadores do IPRS

O desempenho do indicador de riqueza foi inferior ao do padrão da Região Administrativa de Ribeirão Preto em todos os anos, aumentando para 18% a diferença em



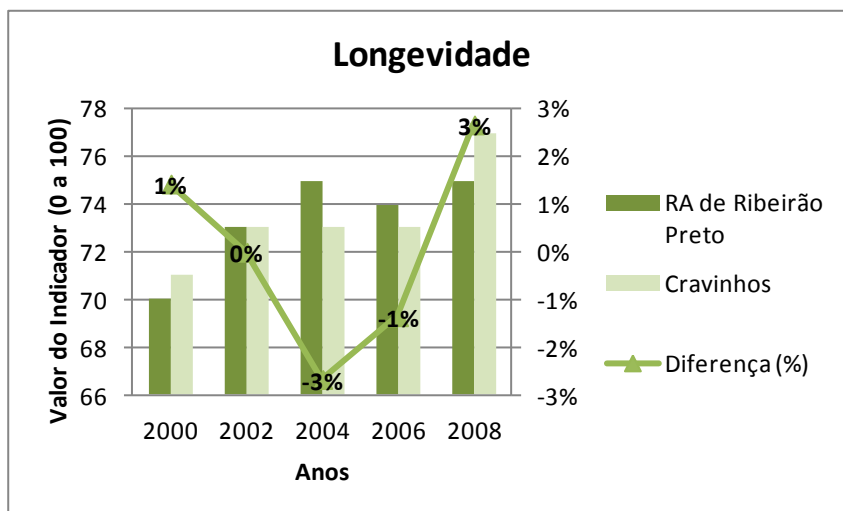
2002 e nos anos seguintes aproximando-se da média da região, chegando ao menor patamar de diferença em 2008, de 13%.



**Figura 6 - Indicador de Riqueza de Cravinhos (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

Apesar de situar-se abaixo do padrão, este quesito apresentou melhora em todos os anos, com exceção de 2000 a 2002, quando toda a região sofreu com as consequências do racionamento de energia.

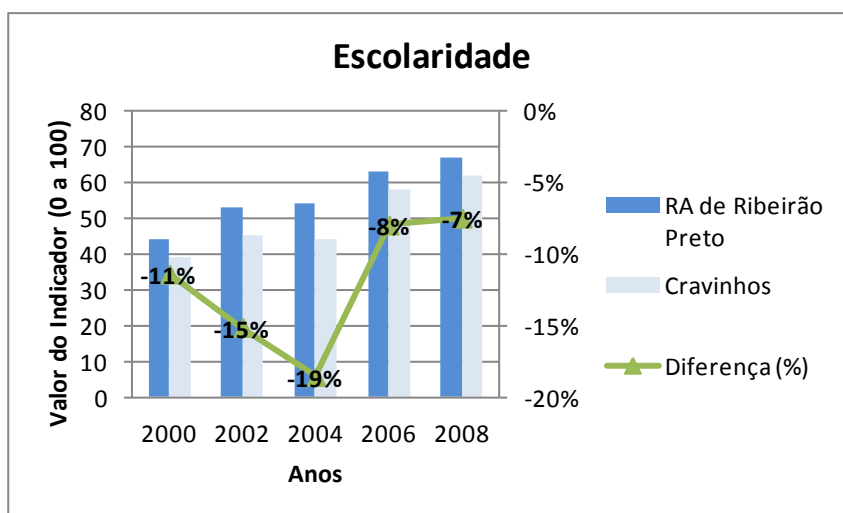
O índice de longevidade teve um desempenho parecido com os demais indicadores, caindo nos anos de 2002 e 2004, ficando abaixo do padrão da região administrativa neste último ano, e posteriormente crescendo de forma mais acelerada, posicionando-se 3% acima do nível dos municípios da região já em 2008. O fraco desempenho no ano de 2004 deve-se à elevação de 50% do índice de mortalidade infantil no município.



**Figura 7 - Indicador de Longevidade de Cravinhos (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

A melhora do índice ocorreu devido à redução das taxas de mortalidade, principalmente a de mortalidade infantil, que caiu 24% de 2004 a 2008.

O indicador de escolaridade não acompanhou o desempenho dos municípios da Região Administrativa de Ribeirão Preto, ficando abaixo do padrão em todos os anos, chegando a apresentar um valor 19% inferior ao padrão da região em 2004.



**Figura 8 - Indicador de Escolaridade de Cravinhos (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

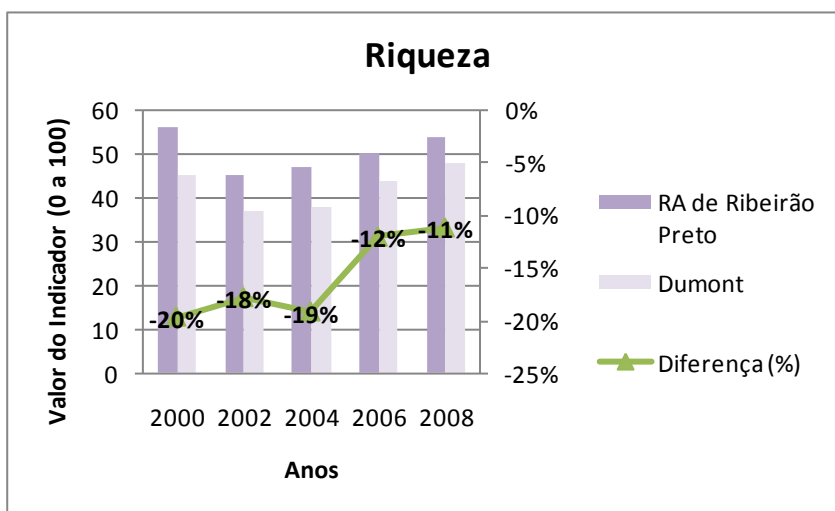
Já a partir do ano de 2006 o indicador demonstra um salto, reduzindo a diferença do padrão composto pelos demais municípios.

### 4.2.3 Dumont

Dumont foi classificado no Grupo 3 dentre os grupos de classificação do nível de desenvolvimento social, estando entre os municípios com baixos níveis de riqueza e bons indicadores de longevidade e escolaridade.

#### 4.2.3.1 Indicadores do IPRS

Em todos os anos o município de Dumont teve um desempenho inferior no indicador de Riqueza, sendo que após o ano de 2004 o município reduziu a diferença, de uma média em 19% inferior registrada nos anos de 2000, 2002 e 2004 para 11,5% em média nos anos subseqüentes.



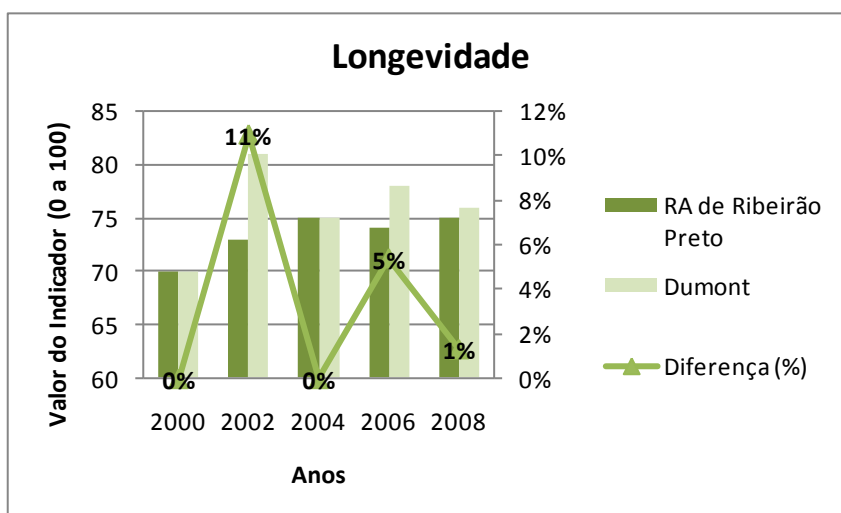
**Figura 9 - Indicador de Riqueza de Dumont (2000-2008)**

**Fonte: Fundação SEADE**

De 2002 para 2006 o distanciamento do desempenho apresentado pela Região Administrativa de Ribeirão Preto pode ser explicado pela queda no rendimento médio do

emprego formal, que decresceu 11%. Já nos dois anos seguintes, a melhora no desempenho também está relacionada a este componente, que cresceu 42% de 2004 para 2006.

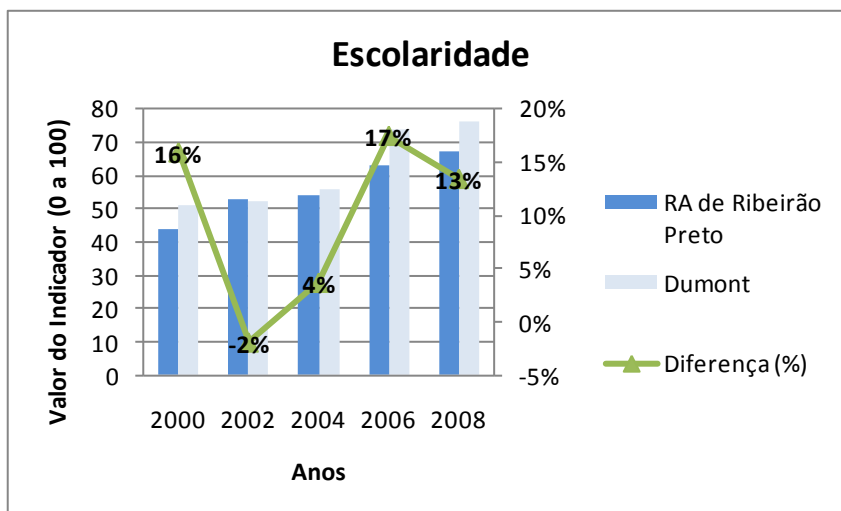
No indicador de longevidade Dumont manteve-se acima ou igual a média da região em todos os anos, com destaque para o ano de 2002, quando teve um excelente desempenho, porém retrocedendo na avaliação feita em 2004. Para esta deteriorização corroboraram praticamente todos os componentes deste indicador, com exceção da taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos, que continuou em declínio.



**Figura 10 - Indicador de Longevidade de Dumont (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

Os resultados deste indicador foram irregulares durante os anos, apresentando queda de 2006 para 2008 e situando-se novamente próximo a média da região.

Com exceção de 2002, o escore de Dumont permaneceu acima do nível médio estadual, chegando a atingir um nível 17% superior a média regional em 2006, devido principalmente ao crescimento da proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental, que elevou-se 27% de 2004 para 2006.



**Figura 11 - Indicador de Escolaridade de Dumont (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

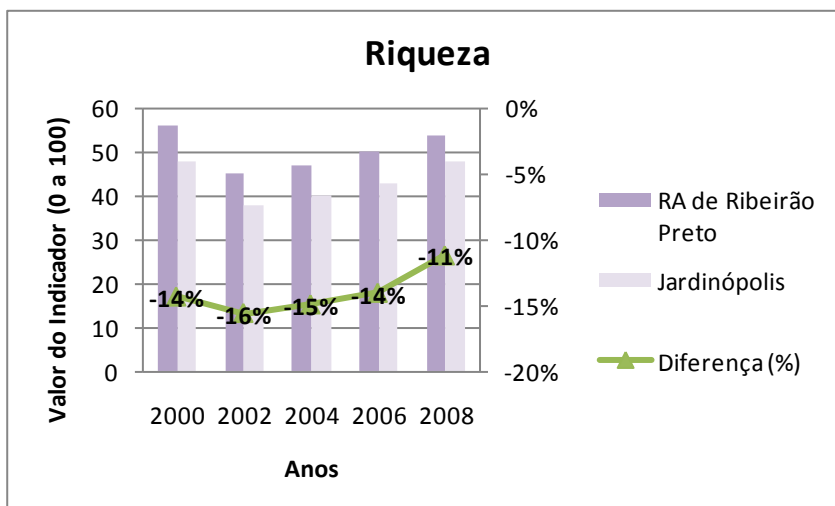
Em todos os anos foram observados crescimento do escore do município no indicador de escolaridade.

#### 4.2.4 Jardinópolis

Jardinópolis foi classificado no Grupo 4 em relação ao nível de desenvolvimento social, representado pelos municípios com baixos níveis de riqueza e com deficiência nos indicadores sociais de longevidade ou escolaridade, no caso, o de escolaridade.

##### 4.2.4.1 Indicadores do IPRS

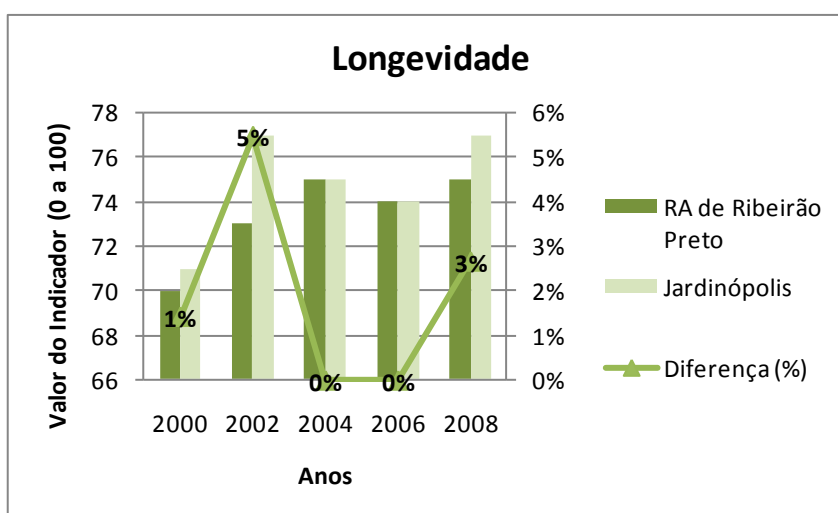
O município registrou em todos os anos níveis no escore de riqueza abaixo da média da Região Administrativa de Ribeirão Preto, porém com tendência de crescimento desde 2004, em ritmo superior ao da região, reduzindo a diferença para 11% em 2008.



**Figura 12 - Indicador de Riqueza de Jardimópolis (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

Apesar de praticamente todos os componentes deste indicador terem se elevado em 2008, o maior crescimento foi registrado no consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços, com elevação de 39%.

O indicador de longevidade de Jardimópolis manteve-se acima ou igual a média da região em todos os anos, com destaque para o ano de 2002, quando apresentou um escore 5% superior a média da região. De 2004 a 2006 o escore decaiu em comparação com 2002, ficando no mesmo nível da média da região. Para esta deteriorização corroboraram praticamente todos os componentes deste indicador, com exceção da taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos, que continuou em declínio.

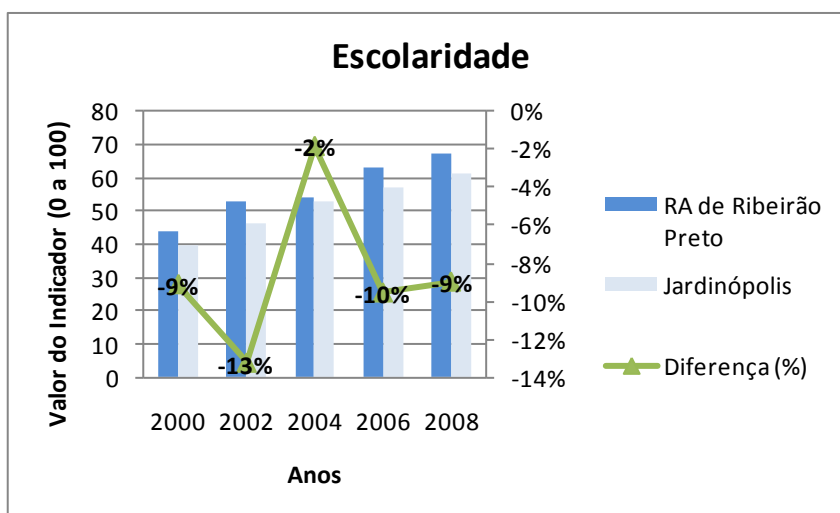


**Figura 13 - Indicador de Longevidade de Jardimópolis (2000-2008)**

**Fonte: Fundação SEADE**

Essa piora no desempenho deve-se à elevação da taxa de mortalidade perinatal (49%) e a taxa de mortalidade das pessoas com 60 anos ou mais (7%).

O indicador de escolaridade ficou abaixo do escore médio da RA de Ribeirão Preto em todos os anos, apesar de ter registrado melhora no desempenho em todos os anos, porém apenas em 2004 o município aproximou-se do escore da média regional.



**Figura 14 - Indicador de Escolaridade de Jardinópolis (2000-2008)**

**Fonte: Fundação SEADE**

O resultado obtido em 2004 reflete a melhora de todos os componentes do indicador no período.

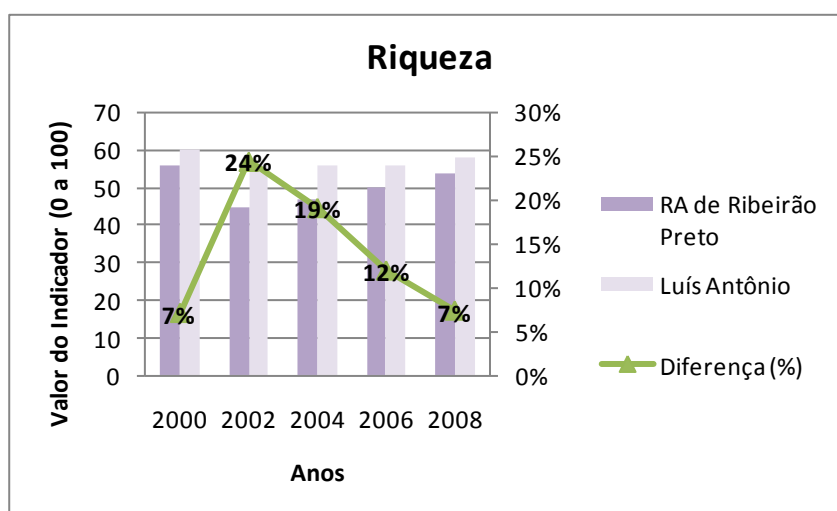
#### **4.2.5 Luís Antônio**

Nos anos de 2002 e 2004 o município de Luís Antônio apresentou um bom desempenho em todos os indicadores do IPRS, passando do grupo 2 (classificação em 2000) para o grupo 1 do nível de desenvolvimento social, dos municípios com bom desempenho nos três indicadores, de riqueza, escolaridade e longevidade. Já nos anos posteriores (2006 e 2008) o município voltou a ser classificado no grupo 2, dos municípios com bom desempenho no

indicador de riqueza, porém com defasagem em um dos outros dois, neste caso, o de escolaridade.

#### 4.2.5.1 Indicadores do IPRS

O desempenho do indicador de riqueza de Luís Antônio foi superior ao do padrão da Região Administrativa de Ribeirão Preto em todos os anos, diferenciando-se principalmente no ano de 2002, quando o escore médio da região reduziu-se significativamente, sofrendo apenas uma pequena redução no ano e aumentando sua diferença para 24% superior à média do escore dos demais municípios da região.

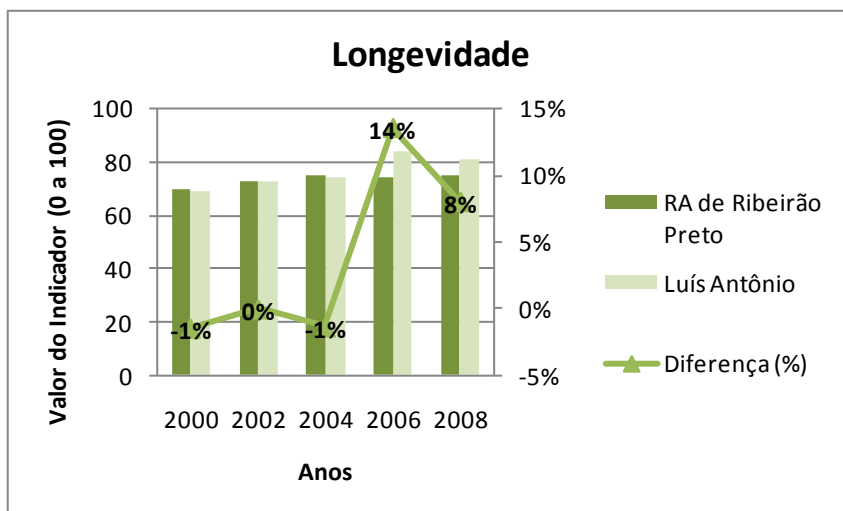


**Figura 15 - Indicador de Riqueza de Luís Antônio (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

Nos anos subseqüentes o escore do município no indicador manteve-se estável, com um pequeno crescimento em 2008, reduzindo sua diferença para a média da RA de Ribeirão Preto para 7% neste ano.

O escore do indicador de longevidade esteve próximo à média regional em todos os anos, sendo que em 2000 e 2004 apresentou valor 1% inferior. Já no ano de 2006 teve uma significativa elevação, superando o escore médio regional em 14%.

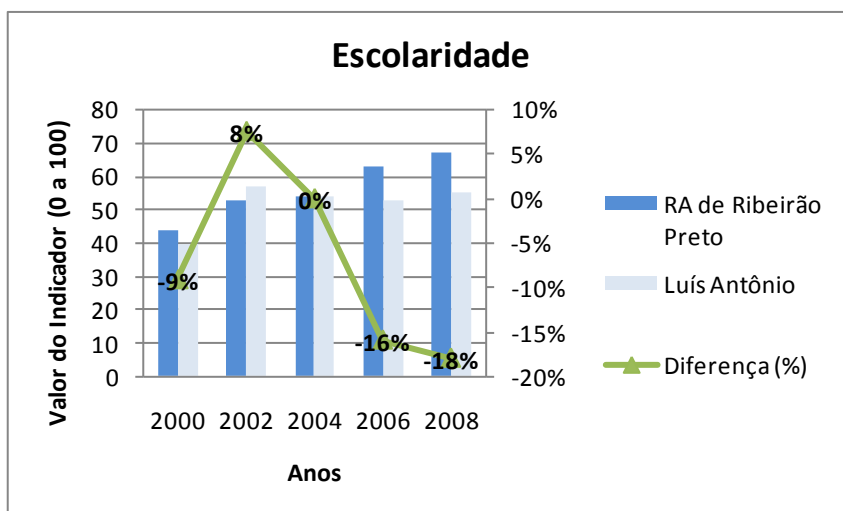




**Figura 16 - Indicador de Longevidade de Luís Antônio (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

O bom desempenho apresentado em 2006 deve-se à redução das taxas de mortalidade, que caíram consideravelmente, principalmente as de mortalidade infantil (-52%), mortalidade perinatal (37%) e a taxa de mortalidade das pessoas com 60 anos ou mais (32%).

O escore do indicador de escolaridade decaiu de 2002 para 2006, apresentando uma pequena elevação em 2008, porém em ritmo inferior à média da região.



**Figura 17 - Indicador de Escolaridade de Luís Antônio (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

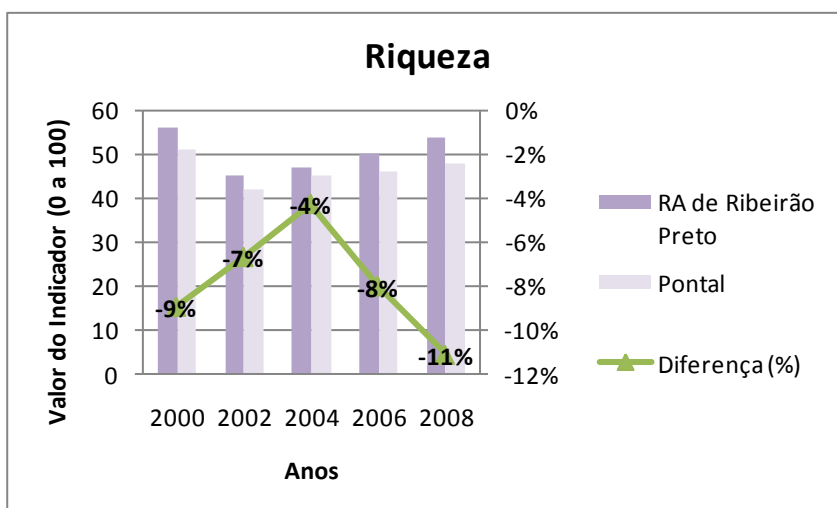
A deteriorização deste indicador foi um dos principais responsáveis pela classificação do município no grupo 2 de nível de desenvolvimento social.

#### 4.2.6 Pontal

Com exceção do ano de 2008 o município de Pontal esteve classificado no grupo 2, dos municípios com bom desempenho no indicador de riqueza, porém com defasagem em um dos outros dois, neste caso, o de escolaridade. Já no ano de 2008 o município cai para o grupo 5, dos municípios com as piores condições nos três indicadores, riqueza, longevidade e escolaridade.

##### 4.2.6.1 Indicadores do IPRS

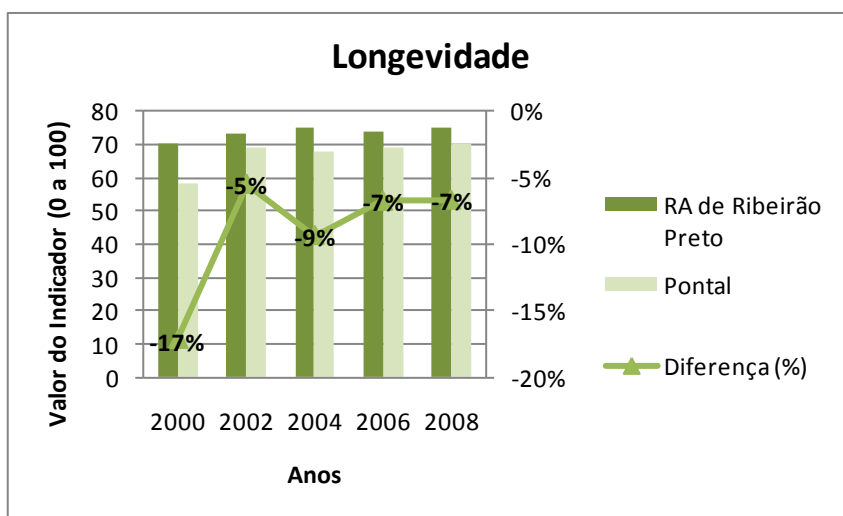
A desaceleração do crescimento do escore de riqueza nos anos de 2006 e 2008 pode ser explicado pela queda de diferentes componentes, sendo que de 2004 para 2006 o município apresentou redução do rendimento médio do emprego formal (-18%), e de 2006 para 2008 registrou queda no valor adicionado per capita (37,5%).



**Figura 18 - Indicador de Riqueza de Pontal (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

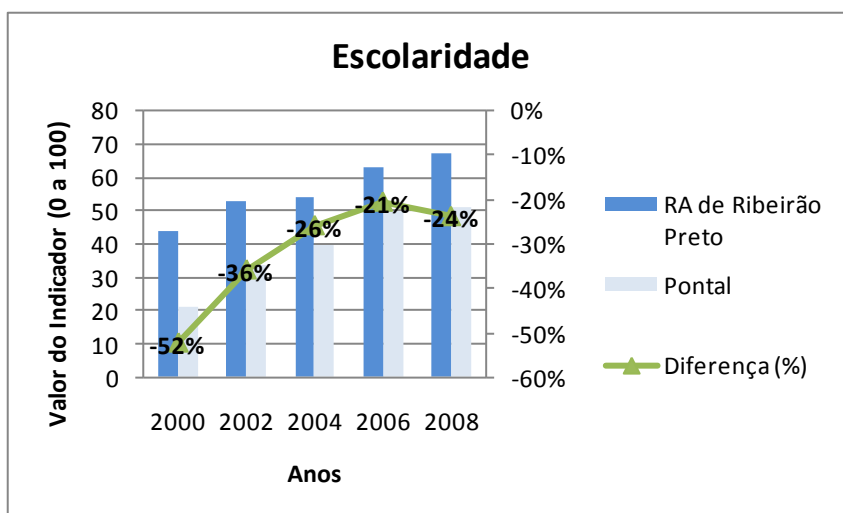
Apesar da piora do desempenho em relação a média da Região Administrativa de Ribeirão Preto, o município teve crescimento do escore de riqueza desde 2002.

O escore do indicador de longevidade esteve abaixo da média regional em todos os anos, sendo que em 2000 apresentou valor 17% inferior e nos anos posteriores ficou, em média, 6% abaixo.



**Figura 19 – Indicador de Longevidade de Pontal (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

O indicador de escolaridade ficou abaixo do escore médio da RA de Ribeirão Preto em todos os anos, apesar de ter registrado elevação em quase todos os anos, estagnando de 2006 para 2008.



**Figura 20 - Indicador de Escolaridade de Pontal (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

Conforme verificado pelo gráfico, a diferença do escore de Pontal para a média do escore dos municípios da região era elevada, sendo 52% inferior em 2000, o que foi reduzido gradativamente para uma proporção 24% inferior em 2008.

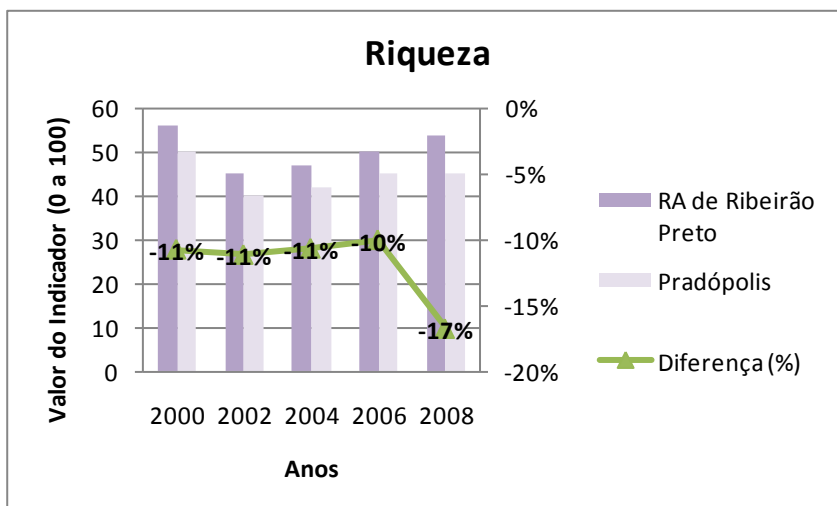
#### **4.2.7 Pradópolis**

A melhor classificação do município de Pradópolis em relação ao nível de desenvolvimento social foi no ano 2000, quando foi classificado no grupo 2, dos municípios com bom desempenho no indicador de riqueza, porém com defasagem em um dos outros dois, neste caso, o de escolaridade. Já nos anos subsequentes, ficou classificado no grupo 4 de 2002 a 2006, representado pelos municípios com baixos níveis de riqueza e com deficiência nos indicadores sociais de longevidade ou escolaridade, neste caso, novamente o de escolaridade.

No ano de 2008 o município foi classificado no grupo 5, o dos municípios com as piores condições nos três indicadores, riqueza, longevidade e escolaridade.

##### **4.2.7.1 Indicadores do IPRS**

O indicador de riqueza evoluiu de 2000 a 2006 de forma semelhante ao padrão da RA de Ribeirão Preto, apresentando o mesmo escore em 2008 e ampliando a diferença da média regional.

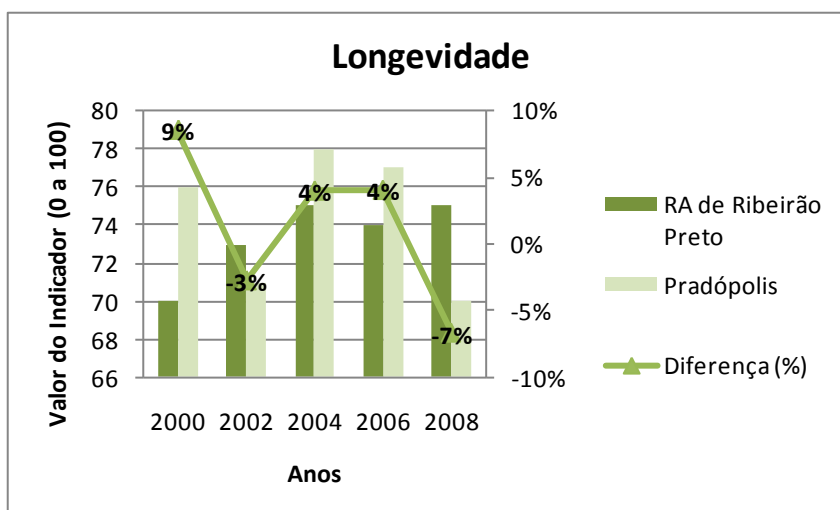


**Figura 21 - Indicador de Riqueza de Pradópolis (2000-2008)**

**Fonte: Fundação SEADE**

O fraco desempenho apresentado em 2008 pode ser justificado pela acentuada queda em apenas um dos componentes do indicador de riqueza, no caso o de valor adicionado per capita, que reduziu-se 75% de 2006 para 2008.

O indicador de longevidade apresentou desempenho irregular, decaindo acentuadamente de 2000 para 2002, ficando abaixo do escore médio da região e, posteriormente em 2004 e 2006, apresentando valores 4% acima do escore médio, apresentando queda acentuada novamente me 2008, registrando um escore inferior ao da média regional.

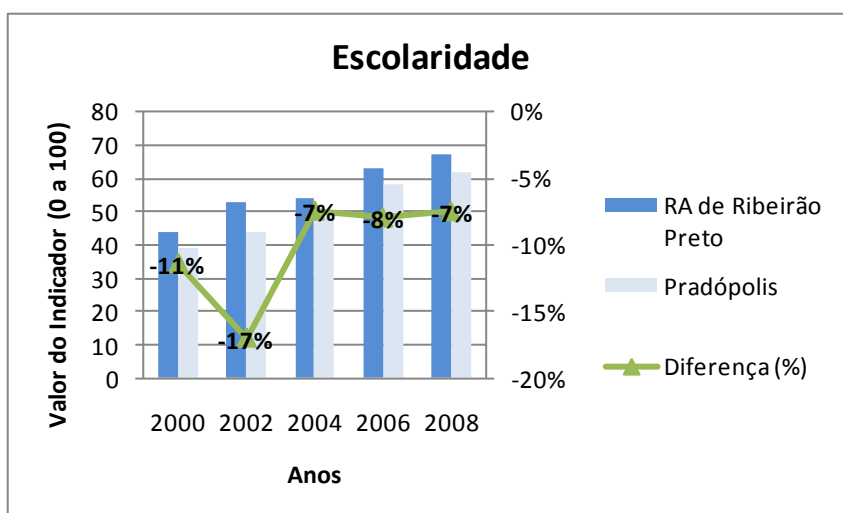


**Figura 22 - Indicador de Longevidade de Pradópolis (2000-2008)**

**Fonte: Fundação SEADE**

Em relação à 2008, o indicador de longevidade de Pradópolis foi afetado pela elevação da taxa de mortalidade perinatal (63%) e da taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (38%).

O indicador de escolaridade esteve abaixo do padrão médio da região em todos os anos, com destaque para 2002, quando a média regional apresentou um crescimento mais acelerado, o que elevou a diferença do escore do município para a média dos demais municípios, ficando 17% inferior. Já em 2004 o indicador melhorou principalmente devido ao aumento de 10% de 2002 para 2004 do percentual de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos 4 anos de estudo.



**Figura 23 - Indicador de Escolaridade de Pradópolis (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

Apesar do fraco desempenho apresentado em 2002 em relação ao escore médio da região, Pradópolis registrou evolução em todos os anos no indicador de escolaridade.

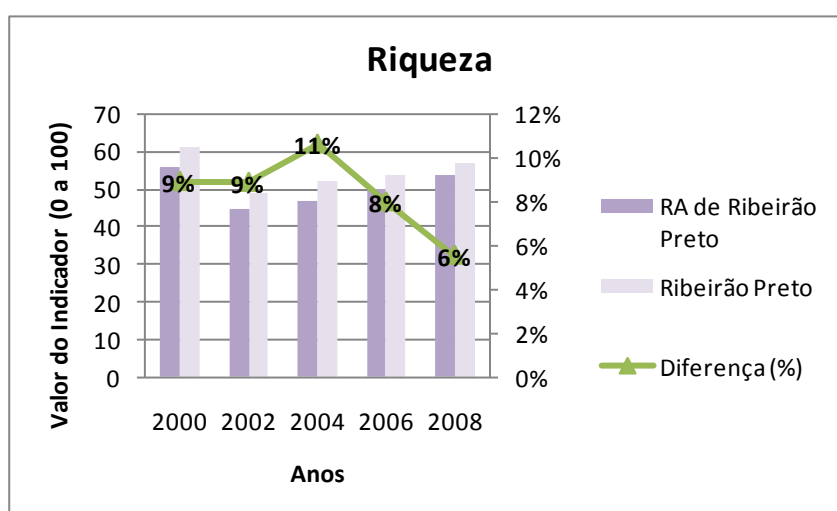
#### 4.2.8 Ribeirão Preto

Em todos os anos analisados o município de Ribeirão Preto obteve um bom desempenho em todos os indicadores do IPRS, sendo classificado no grupo 1 do nível de

desenvolvimento social, aquele composto pelos municípios com bom desempenho nos três indicadores, de riqueza, escolaridade e longevidade.

#### 4.2.8.1 Indicadores do IPRS

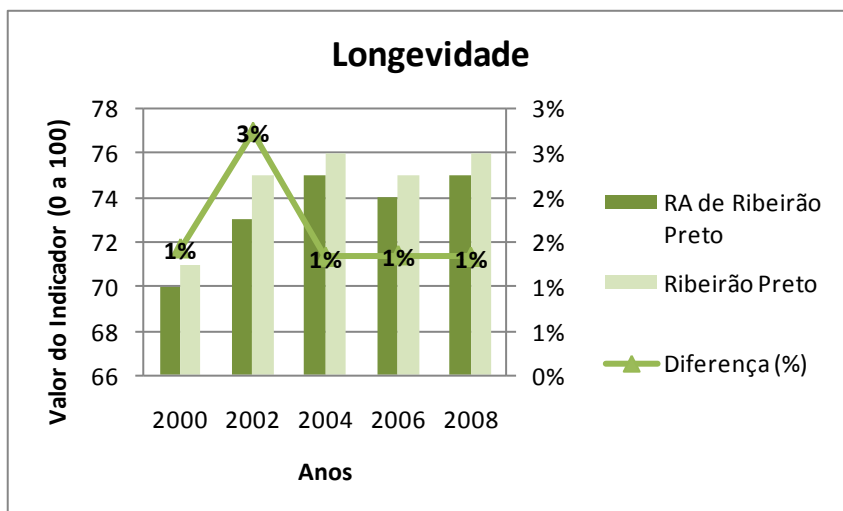
O indicador de riqueza registrou queda apenas de 2000 para 2002, devido à redução do consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços, conforme registrado também nos demais municípios.



**Figura 24 - Indicador de Riqueza de Ribeirão Preto (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

Em todos os anos o indicador de riqueza esteve acima da média do padrão da RA de Ribeirão Preto, atingindo a maior diferença em 2004, quando ficou 11% superior, apresentando um crescimento inferior à média dos demais municípios da região nos anos posteriores, o que fez a diferença ser reduzida para 6% em 2008. O desempenho excepcional apresentado em 2004 é explicado pela retomada da elevação do componente de consumo de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços (anual), que cresceu 10% de 2002 para 2004.

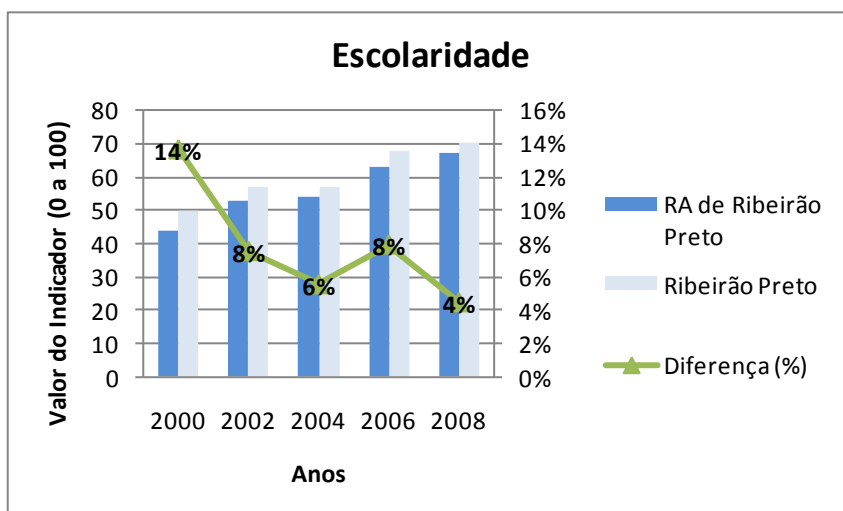
O indicador de longevidade ficou acima da média da região em todos os anos, apesar de ter uma diferença pequena, de 1% em quase todos os anos, com exceção de 2002, quando registrou escore 3% superior.



**Figura 25 - Indicador de Longevidade de Ribeirão Preto (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

De 2000 a 2004 o escore do município, bem como o escore médio da região cresceram, com redução apenas no ano de 2006, quando em ambas as taxas de mortalidade infantil e taxa de mortalidade perinatal cresceram.

O indicador de escolaridade manteve seu escore acima do escore médio da região em todos os anos, porém com tendência de crescimento menos acelerado que o desempenho médio registrado pelos demais municípios que compõem a Região Administrativa de Ribeirão Preto.



**Figura 26 - Indicador de Escolaridade de Ribeirão Preto (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**



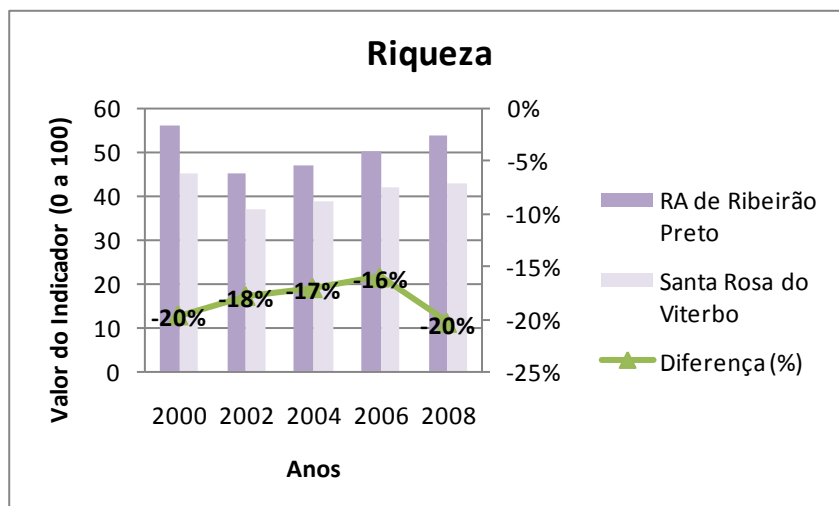
O único componente do indicador de escolaridade que reduziu-se de 2006 para 2008 foi o que mede a taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos, com redução de 0,6%.

#### **4.2.9 Santa Rosa de Viterbo**

O município de Santa Rosa de Viterbo apresentou melhora em sua classificação dentre os grupos que medem o nível de desenvolvimento social, passando do grupo 4 para o 3 em 2006, o dos municípios com baixos níveis de riqueza e bons indicadores de longevidade e escolaridade.

##### **4.2.9.1 Indicadores do IPRS**

O indicador de riqueza do município de Santa Rosa de Viterbo esteve, em média, 18,2% abaixo do escore médio da RA de Ribeirão Preto. Conforme verificado pelo gráfico abaixo, a diferença do escore do município para a média da região estava reduzindo-se desde 2000, demonstrando uma elevação mais acelerada que a média da região, porém em 2008 retornou ao patamar de diferença que possuía no ano 2000.

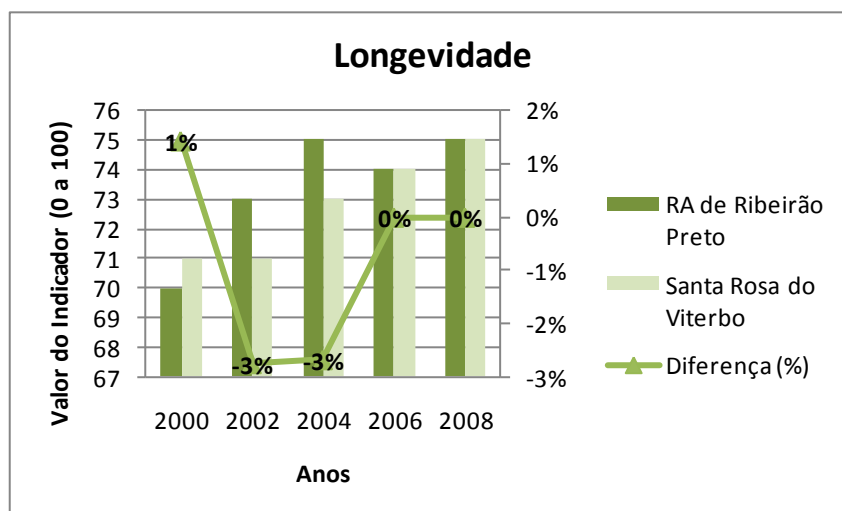


**Figura 27 - Indicador de Riqueza de Santa Rosa de Viterbo (2000-2008)**

**Fonte: Fundação SEADE**

O desempenho inferior do indicador de riqueza em relação à média dos municípios da região pode ser explicado pela queda do componente que mede o valor adicionado per capita, com decréscimo de 34% de 2006 para 2008.

O indicador de longevidade apresentou desempenho irregular no período analisado, ficando 1% acima da média no ano 2000, posteriormente registrando um escore 3% inferior a média e com escores iguais a média da região nos anos de 2006 e 2008.

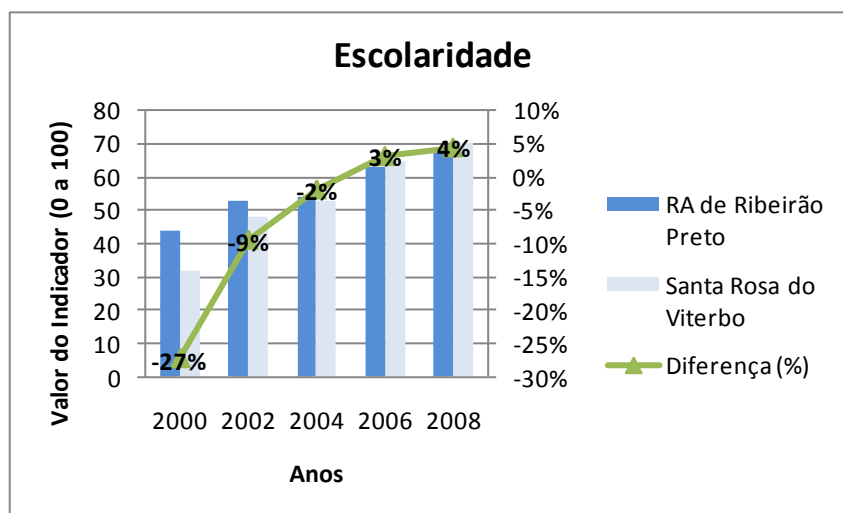


**Figura 28 - Indicador de Longevidade de Santa Rosa de Viterbo (2000-2008)**

**Fonte: Fundação SEADE**

A queda no escore do indicador em relação a média em 2002 e 2004 ocorreu devido à piora nos componentes do indicador que medem a taxa de mortalidade das pessoas com 60 anos ou mais e da taxa de mortalidade perinatal.

O indicador de escolaridade foi o que apresentou o melhor desempenho dentre os indicadores, posicionando o município acima da média dos escores da região neste quesito.



**Figura 29 - Indicador de Escolaridade de Santa Rosa de Viterbo (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

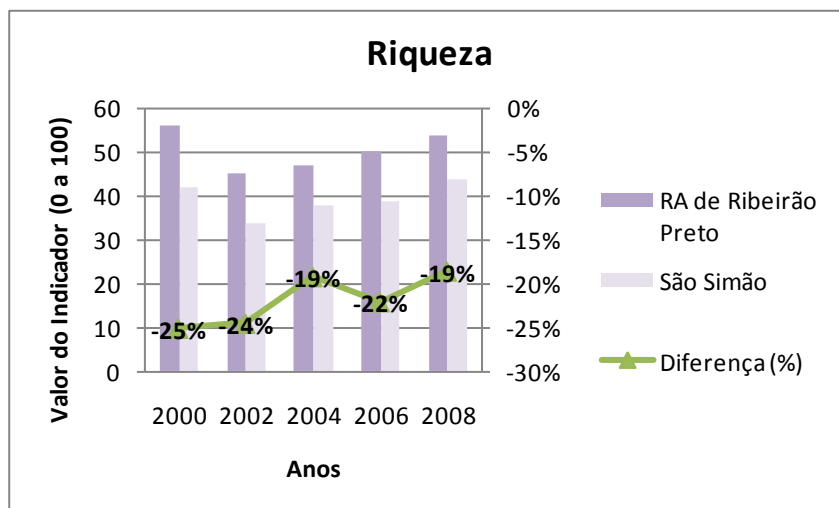
Quando verificado pelo gráfico, percebe-se que o escore do indicador de escolaridade de Santa Rosa de Viterbo registrou crescimento em todos os anos, além de em 2008 ter ficado 4% acima da média dos escores dos municípios da RA de Ribeirão Preto, ante um resultado 27% inferior em 2000.

#### 4.2.10 São Simão

O município de São Simão foi classificado em quase todos os anos no grupo 4 de nível de desenvolvimento social, composto pelos municípios com baixos níveis de riqueza e com deficiência nos indicadores sociais de longevidade ou escolaridade, no caso, o de escolaridade.

##### 4.2.10.1 Indicadores do IPRS

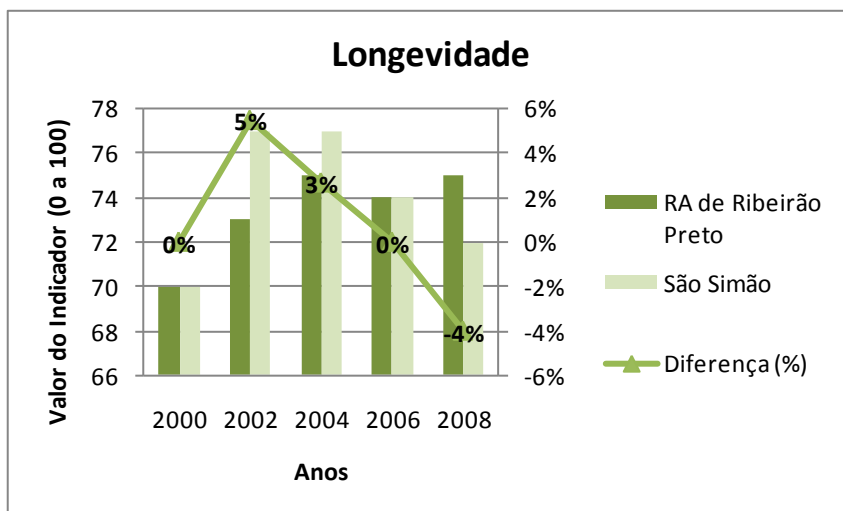
O indicador de riqueza do município de São Simão esteve, em média, 23,8% abaixo do escore médio da RA de Ribeirão Preto. Conforme verificado pelo gráfico abaixo, a diferença do escore do município para a média da região manteve-se no mesmo patamar ao longo dos anos, sem alterações significativas.



**Figura 30 - Indicador de Riqueza de São Simão (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

Apesar de manter-se abaixo do escore médio dos demais municípios da região, o indicador de riqueza de São Simão cresceu em todos os anos desde 2002.

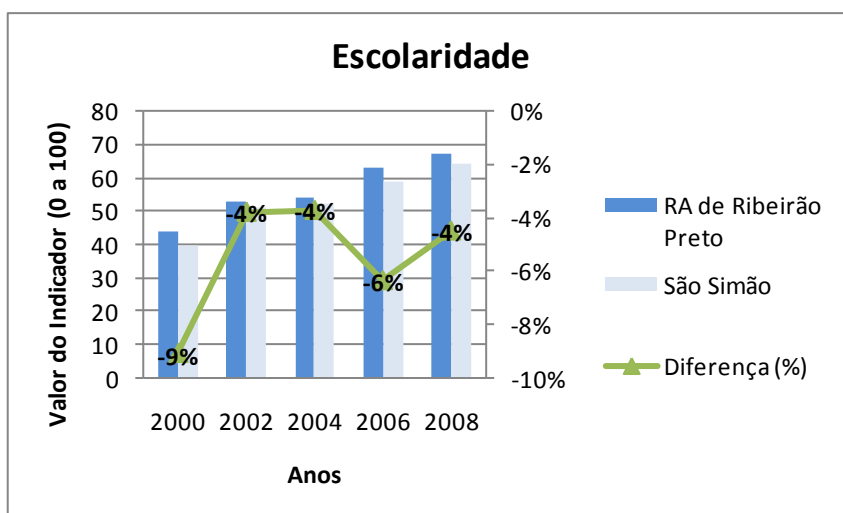
O indicador de longevidade do município vêm decrescendo em 2006 e 2008, além de desde 2004 ter apresentado queda em relação à média do escore apresentada pelos municípios da RA de Ribeirão Preto no quesito.



**Figura 31 - Indicador de Longevidade de São Simão (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

A piora no indicador em 2006 deve-se à elevação das taxas de mortalidade, com exceção da taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos, que registrou redução. Já de 2006 para 2008 apenas a taxa de mortalidade das pessoas com 60 anos ou mais decresceu, sendo registrado elevação em todas as outras componentes do indicador de longevidade.

O indicador de escolaridade manteve-se abaixo da média do padrão em todos os anos, apesar de seu escore ter se elevado ao longo dos anos.



**Figura 32 - Indicador de Escolaridade de São Simão (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

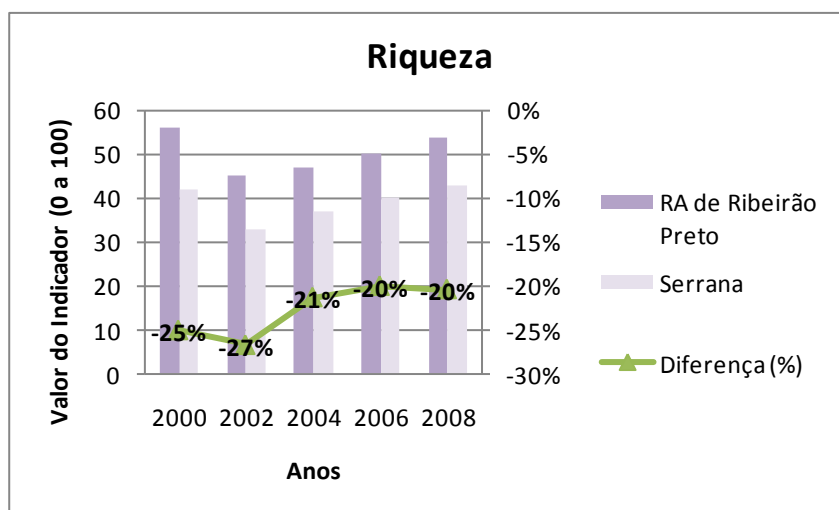
Um dos motivos para a ampliação da diferença entre o escore de São Simão no indicador e o da média da região no ano de 2006 foi a queda de 3% registrada na taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos.

#### 4.2.11 Serrana

O município de Serrana foi classificado em todos os anos no grupo 4 de nível de desenvolvimento social, composto pelos municípios com baixos níveis de riqueza e com deficiência nos indicadores sociais de longevidade ou escolaridade, neste caso principalmente o de escolaridade.

##### 4.2.11.1 Indicadores do IPRS

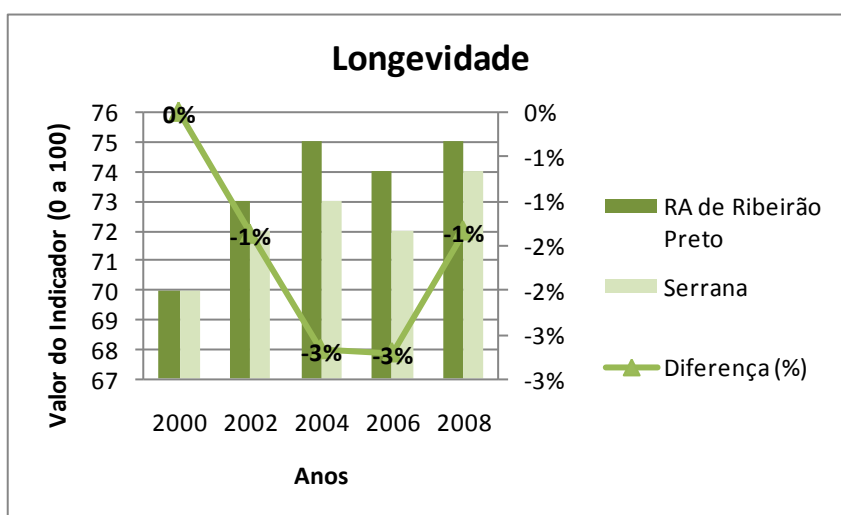
Em todos os anos o escore do indicador de riqueza do município de Serrana esteve abaixo da média do escore da RA de Ribeirão Preto, reduzindo-se esta diferença a partir de 2004, quando passou de 27% para 21% inferior à média da região.



**Figura 33 - Indicador de Riqueza de Serrana (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

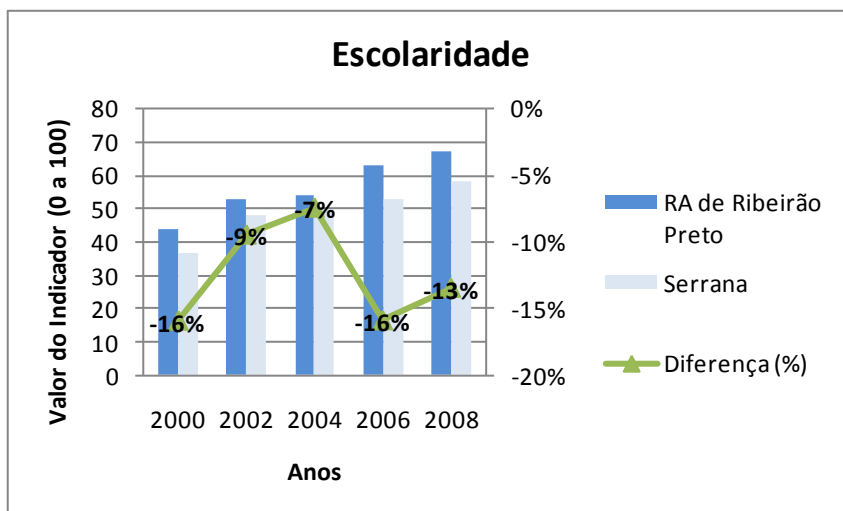
A redução da diferença do escore de riqueza de Serrana em comparação com os demais municípios da região ocorreu devido à elevação de todos os componentes do cálculo do escore deste indicador, porém com maior destaque para o crescimento do valor adicionado per capita.

O indicador de longevidade apresentou desempenho irregular no período analisado, ficando no mesmo patamar da média da RA no ano 2000, posteriormente registrando escores inferiores a média regional.



**Figura 34 - Indicador de Longevidade de Serrana (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

A queda no escore do indicador em relação a média regional em 2004 e 2006 ocorreu devido à piora no componente do indicador que mede a taxa de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade perinatal. Apesar de seu escore ter crescido em todos os anos em relação à média da RA de Ribeirão Preto, o município de Serrana teve desempenho inferior neste quesito em todos os anos.



**Figura 35 - Indicador de Escolaridade de Serrana (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

Quando verificados os dados de 2000 a 2004, percebe-se que o escore de escolaridade do município estava crescendo em ritmo mais acelerado do que o da média dos municípios da região, porém em 2006 devido a uma queda representativa (5,5%) na taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos.

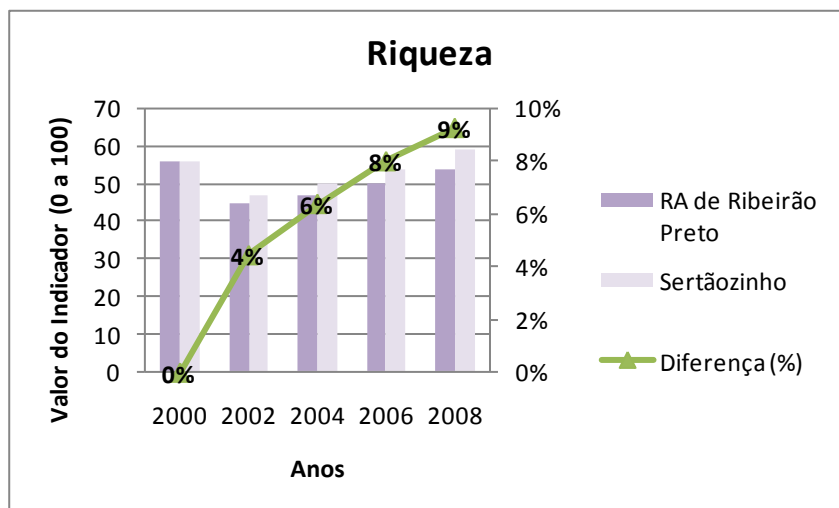
#### 4.2.12 Sertãozinho

Nos anos de 2000 e 2004 o município de Sertãozinho apresentou um bom desempenho em todos os indicadores do IPRS, sendo classificado no grupo 1 do nível de desenvolvimento social, dos municípios com bom desempenho nos três indicadores, de riqueza, escolaridade e longevidade. Já nos anos posteriores (2006 e 2008) o município foi classificado no grupo 2, dos municípios com bom desempenho no indicador de riqueza, porém com defasagem em um dos outros dois, neste caso, o indicador de escolaridade colaborou para a queda.

##### 4.2.12.1 Indicadores do IPRS



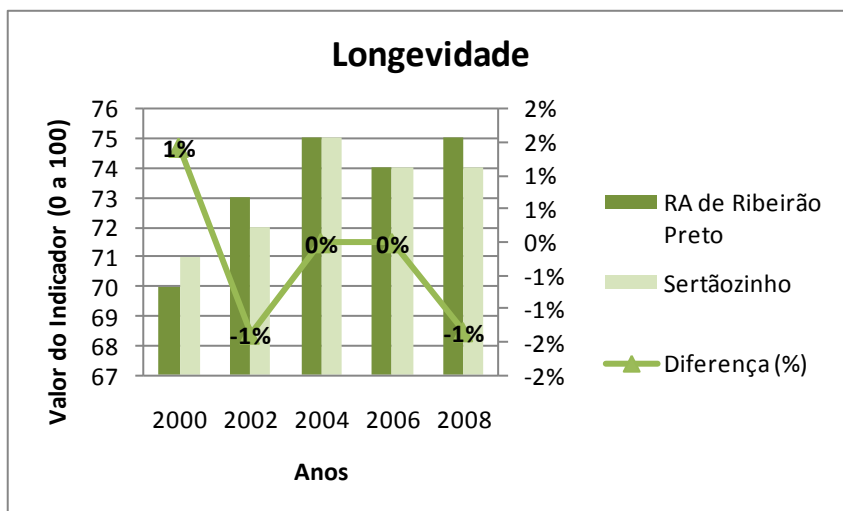
Em todos os anos o indicador de riqueza do município apresentou escore igual ou acima da média da RA de Ribeirão Preto, com uma tendência de elevação dessa diferença durante o período estudado, passando de um escore igual no ano 2000 para 9% superior em 2008.



**Figura 36 - Indicador de Riqueza de Sertãozinho (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

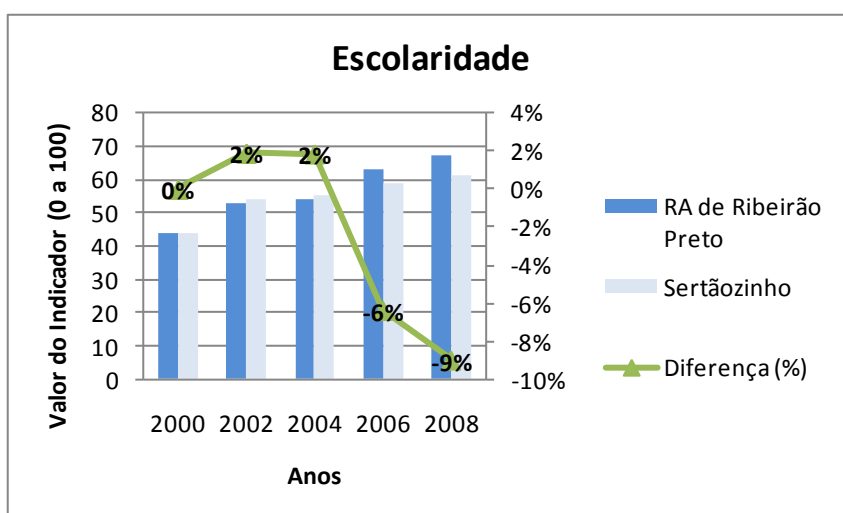
Os componentes deste indicador que mais se destacam no município em relação aos valores apresentados pela média dos municípios da região são os que medem o rendimento médio do emprego formal e o valor adicionado fiscal per capita, todos superiores no município de Sertãozinho.

O indicador de longevidade apresentou desempenho irregular, crescendo de forma menos acelerada que a média dos municípios da região de 2000 para 2002 e ficando abaixo do escore médio da região no ano. Posteriormente em 2004 e 2006, o município apresentou escores iguais a média dos demais municípios da região, situando-se 1% inferior novamente em 2008.



**Figura 37 - Indicador de Longevidade de Sertãozinho (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

O escore do indicador de escolaridade cresceu em todos os anos, ficando acima da média da região de 2000 até 2004, decaindo a partir de 2006, situando-se 6% abaixo e 9% em 2008 devido a um crescimento em ritmo inferior ao apresentado pela média dos municípios que compõem a RA de Ribeirão Preto.



**Figura 38 - Indicador de Escolaridade de Sertãozinho (2000-2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

A queda do ritmo de crescimento do escore de escolaridade no ano de 2006 para o município de Sertãozinho pode ser explicado pela redução de 6% da proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental, e para o ano de 2008 pela redução de 1% da taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos, além do crescimento em

proporção inferior do número de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental e a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo.

## 5 CONCLUSÃO

Através da comparação dos demonstrativos financeiros dos municípios que compõem a microrregião de Ribeirão Preto com o padrão gerado pelos municípios integrantes da Região Administrativa de Ribeirão Preto, foi possível identificar as principais fontes de recursos e os principais destinos de aplicação destes. Posteriormente também foi analisado o desempenho social destes municípios avaliados através do IPRS, o que permitiu visualizar se um melhor ou pior desempenho fiscal têm reflexo direto no desempenho social.

Através da análise das receitas foi possível constatar que quase todos os municípios possuem forte dependência dos repasses governamentais para constituírem seu orçamento, sendo que em alguns municípios, como Luís Antônio e Pontal o índice de participação das transferências correntes (provenientes de repasses governamentais) representaram em média mais de 95% do total das receitas disponíveis.

Ainda tratando-se da origem das receitas, apenas o município de Ribeirão Preto obteve uma participação mais equilibrada das fontes de recursos, sendo também o único município com maior participação das receitas tributárias em relação aos repasses provenientes da União, o que confirma a dependência dos municípios estudados em relação às transferências provenientes de repasses, principalmente as referentes à cota-parte do ICMS, proveniente do Estado, e do FPM, proveniente da União. Nesse sentido, podem-se distinguir três grupos de municípios segundo suas dependências de repasses de recursos governamentais, sendo os com elevada dependência, formado por Brodowski, Dumont, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis e Santa Rosa de Viterbo; os de moderada dependência, composto por Cravinhos, Jardinópolis, São Simão e Sertãozinho; e os de baixa dependência, composto apenas pelo município de Ribeirão Preto.

A análise das despesas demonstrou que os recursos das prefeituras estão comprometidos principalmente com as despesas correntes, sendo estas divididas em dois grandes grupos, os das despesas de custeio e as transferências correntes.

As despesas de custeio são compostas principalmente com as despesas de pessoal ativo, sejam funcionários do quadro público ou terceirizados. Dentre os municípios que compõem a microrregião de Ribeirão Preto, na maioria deles esta despesa foi, em média, a majoritária dentre as despesas de custeio, sendo superior as despesas com transferências correntes nos municípios de Cravinhos, Dumont, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Santa Rosa de Viterbo e Sertãozinho. Este dado demonstra o elevado comprometimento que as prefeituras têm para arcar com a folha de pagamento, porém em todos os municípios deste grupo, a participação das despesas de custeio registrou redução ou manteve-se no período analisado.

Quando observado pelo indicador de despesa de pessoal por habitante gerado no estudo, percebe-se que as despesas de pessoal dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto na média ficaram abaixo dos níveis apresentados pelos demais municípios, demonstrando que, apesar de seu nível elevado em relação ao total de despesas, ainda está abaixo do padrão médio apresentado pelos municípios da Região Administrativa de Ribeirão Preto, porém o nível de gastos com assistência e previdência por habitante são superiores a média observada nos demais municípios.

Já as despesas com transferências correntes foram, em média, majoritárias apenas nos municípios de Ribeirão Preto e São Simão, além de terem apresentado a mesma proporção média que as despesas de custeio nos municípios de Brodowski e Pradópolis. As despesas de transferência correntes nestes municípios são compostas principalmente por despesas de transferências à pessoas jurídicas, sem terem apresentado uma tendência semelhante em todos os municípios. Quando verificado pelo indicador de despesas com terceiros por habitante, comprova-se que o nível de despesas dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto foram inferiores neste quesito.

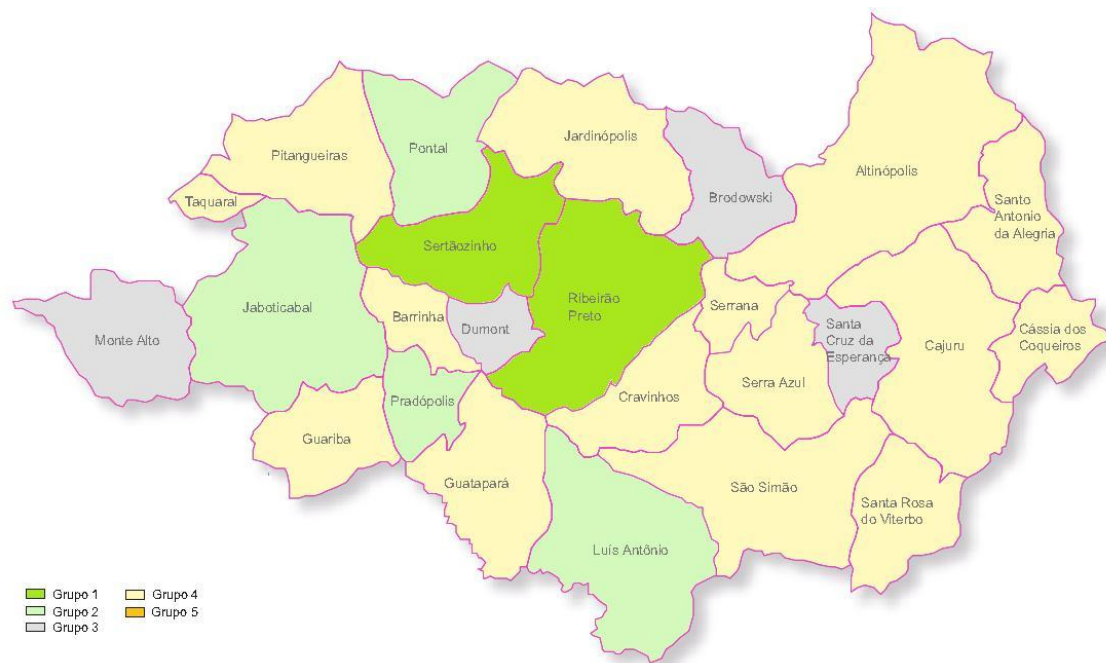
No geral, as despesas com investimentos tiveram crescimento nos municípios, principalmente no período que engloba a segunda gestão, de 2005 a 2008. Quando separados pelo indicador de nível de investimento praticado, os municípios podem ser agrupados em três grupos distintos, sendo os com elevado nível de investimento em relação à média registrada na Região Administrativa de Ribeirão Preto, composto por Brodowski, Cravinhos, Dumont, Pradópolis e Sertãozinho; os de moderado nível de investimento, composto por Jardinópolis, Pontal, São Simão e Serrana; e os de baixo nível de investimento, composto por Luís Antônio, Ribeirão Preto e Santa Rosa de Viterbo.

No geral, os indicadores demonstraram que a gestão municipal melhorou nos últimos anos, sem que fossem verificadas diferenças significativas entre a primeira gestão municipal, de 2001 a 2004, e a segunda, de 2005 a 2008. Vale ressaltar que em um estudo cujo objetivo seja analisar as diferenças de desempenho de duas gestões municipais em períodos distintos, deve-se considerar que no primeiro ano de mandato de um governo/prefeito é regido pelas metas e prioridades estabelecidas no governo anterior, através do Plano Plurianual (PPA). Devido à isto, o primeiro ano de mandato de um prefeito refletirá as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pela administração anterior para as despesas de capital do município, valendo-se de seu próprio Plano Plurianual apenas a partir do segundo ano de mandato.

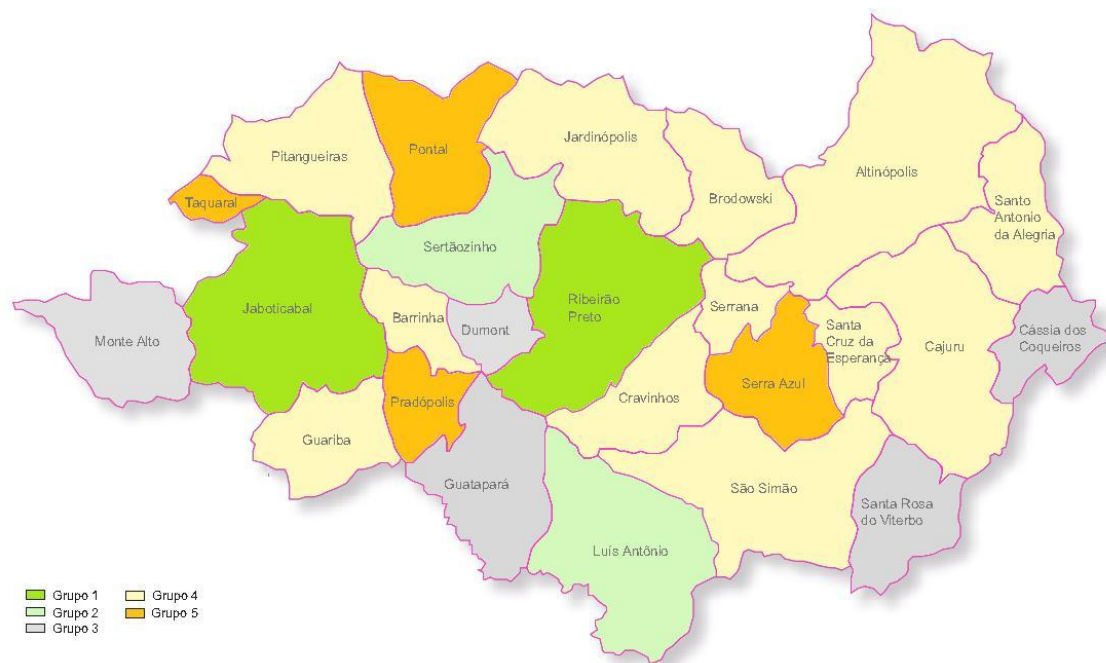
Observada ressalva sobre o PPA, pode-se inferir que, no geral, o nível de investimentos aumentou em todos os municípios da microrregião de Ribeirão Preto, o que também é demonstrado pela média do indicador de nível de investimento praticado, posicionando-se acima da média da Região Administrativa de Ribeirão Preto.

Em relação ao desenvolvimento social dos municípios, conforme verificado pelas análises, o IPRS avançou quando considerado o valor de seus escores, demonstrando que a situação, no geral, melhorou. Porém, um dos indicadores que compõem o IPRS registrou significativa queda de 2000 para 2002, resultante do programa de racionamento de energia elétrica, que afetou o nível de riqueza tanto na Região Administrativa quanto na microrregião de Ribeirão Preto. O maior destaque dentre os indicadores presentes no cálculo do IPRS é a evolução do índice de escolaridade, que cresceu aproximadamente 60% na microrregião de Ribeirão Preto e 52% na Região Administrativa, um provável reflexo da elevação do nível de despesas com educação por habitante, já que o nível médio de investimento em educação continuou no mesmo patamar.

Pelas figuras abaixo fica mais visível a evolução do desempenho dos municípios do ano 2000 para 2008.



**Figura 39 – IPRS da Região Administrativa de Ribeirão Preto (2000)**  
**Fonte: Fundação SEADE**



**Figura 40 - IPRS da Região Administrativa de Ribeirão Preto (2008)**  
**Fonte: Fundação SEADE**

A partir da análise dos dados financeiros dos doze municípios pode-se afirmar que a gestão financeira municipal no geral melhorou o seu desempenho em relação à alocação de recursos, ampliando o montante investido em algumas áreas essenciais para o

desenvolvimento do município, como a de educação, além de ter apresentado maiores níveis de investimentos, resultantes em grande parte de um maior repasse de recursos governamentais.

Em contrapartida, a dependência de repasses governamentais como a cota-parte do Fundo de participação dos Municípios (FPM) pode ter gerado um comodismo nos municípios de menor porte na busca pela diversificação de suas receitas, tornando-se mais dependentes destes repasses no período estudado.

A situação mais preocupante verificada nas finanças municipais foi a participação das despesas de custeio de pessoal ativo e as com funcionários inativos e pensionistas, que juntas consomem grande parte dos recursos, e pelo atual sistema de aposentadoria do funcionalismo público, deverão continuar ampliando o seu nível de participação no total de despesas.

## 6 REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia**. São Paulo em Perspectiva (Impresso), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 maio 2000. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2009, 65 p.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2009, 63 p.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2010, 140 p.

CIDADES PAULISTAS. Conheça as cidades paulistas: Ribeirão Preto. Disponível em <<http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/06-ribeiraopreto.htm>>. Acessado em 05/11/2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Finanças Públicas Municipais: Relação de Dependência entre Receita transferida e receita própria dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Período de 1989-1998. Disponível em <[http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa\\_9\\_pereira.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_9_pereira.pdf)>. Acessado em 04 de maio de 2011.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. O índice paulista de responsabilidade social. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/>>. Acessado em 06/11/2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **A construção de um pacto federativo que interesse a todos os Municípios**. 15. ed. Rio de Janeiro, 2007, 39 p.



INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **O município no contexto das mudanças no sistema de informações contábeis**. Disponível em <[http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/municipio\\_mudancas\\_contabeis.pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/municipio_mudancas_contabeis.pdf)>. Acessado em 01 de junho de 2011.

KOHAMA, H. **Balancos Públicos**: Teria e Prática. 2ª Edição. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MALHOTRA, Naresh K. et alii. **Introdução à pesquisa de marketing**. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2005.

MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C. A. G. B. **Administração Financeira Municipal**. São Paulo: Atlas S.A., 2000.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo e Debus, Ilvo. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**, Ministério da Fazenda, Brasília, 2002.

Ortolani, Fernando ; CAMPELLO, Carlos. A. G. B. . A Relação (In)Existente entre Responsabilidade Fiscal e Responsabilidade Social nos Municípios Paulistas. In: . XXVIII ENANPAD, 2004, Curitiba. Anais do XXVIII ENANPAD, 2004.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade Pública**: Uma abordagem da Administração Financeira Pública. 11ª Edição. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1985.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Construindo o plano plurianual participativo regionalizado com foco em resultados PPA 2008-2011. Disponível em <<http://www.aprece.org.br/site2010/?acao=interna&titulo=Downloads&tk=3310>>. Acessado em 12 de maio de 2011.

SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 10., 2007, São Paulo. **Análise financeira municipal**: um estudo multicaso da região de Ribeirão Preto. São Paulo: EAD/FEA/USP, 2007. 1 CD-ROM.

VICENTE, E. F. R. **Modelo para a avaliação do risco de crédito de municípios brasileiros**. São Paulo. 2003. 99 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em

Administração. Área de Concentração: Finanças) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/USP – Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Projeto de ensino aprender fazendo estatística. Disponível em [http://www.des.uem.br/uploads/arquivos\\_professor/0221095505.pdf](http://www.des.uem.br/uploads/arquivos_professor/0221095505.pdf). Acessado em 12 de maio de 2011.

TOMIO, F. R. L. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 123-148, jun. 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.